

**Nº18 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 6 de setembro
de 2018. -----**

No dia seis do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de três de setembro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo ao reinício da agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, que inclui a primeira reunião da Comissão Permanente que a mesma integra. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Nota de congratulação à Associação "Ases da Madalena" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara registou o sucesso alcançado na organização do evento desportivo, denominado "Beach Games 2018", promovido pela associação identificada em epígrafe. -----

Tal evento desportivo é já uma marca do verão flaviense e traz à cidade milhares de aficionados do desporto de areia. -----

Da maratona de Futebol praia, passando pelo torneio de Futvôlei e Voleibol, e pelo Futebol de praia Kids, mais de 70 equipas presentes, nesta edição, envolvendo a participação de mais de 520 atletas. -----

b) Mesa de Chaves - Apurada para a final "7 Maravilhas à Mesa" da RTP - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota de que a grande final, no âmbito do concurso, "7 Maravilhas à Mesa" da RTP, esta agendada para o dia 16 de setembro, às 21 horas, na praça da praia dos pescadores, em Albufeira. -----

Neste contexto, o Presidente da Câmara, prestou o devido agradecimento, pelo apoio e envolvimento na dinâmica de promoção da

iniciativa, ao Rancho folclórico dos Ases da Madalena, Agrupamento 198 - Chaves - do Corpo Nacional de Escutas e Confraria de Chaves. -----

c) Nota de congratulação - Flaviense Manuel Silva - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara registou o facto do Flaviense, Manuel Silva, integrar a Seleção Nacional no Campeonato do Mundo de Cabeleireiros.- Portugal prepara-se para participar no Campeonato do Mundo de Cabeleireiros - OMC World Cup 2018 - a realizar nos dias 08, 09 e 10 de Setembro, em Paris, para a qual o Flaviense, Manuel Silva, foi selecionado, pelo Núcleo Nacional da Arte em Cabelos (NNAC). -----

d) Campanha Nacional de apoio à esterilização de animais de companhia - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da aprovação da candidatura, apresentada, pela Autarquia, de apoio à esterilização de animais de companhia, no âmbito da campanha promovida, sobre a matéria, pelo Governo. -----

Nos termos do despacho n.º 3283/2018, o apoio é concedido por cão ou gato de companhia esterilizado, em instalações adequadas, estabelecendo o limite máximo de apoio financeiro global, por Município, em 15.000,00 euros. -----

e) Exposição itinerante "Joshua Benoliel" Repórter Parlamentar (1906-1924) no Museu da Região Flaviense - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota, ao Executivo Municipal, da parceria estabelecida, entre o Município de Chaves e o Museu da Assembleia da República, tendo em vista a inauguração, no próximo dia 07 de setembro, pelas 17:30 horas, no Museu da Região Flaviense, da exposição itinerante identificada, em epígrafe, convidando, todos os Vereadores presentes, para a cerimónia de inauguração. -----

f) Comunicado do Ministro da Administração Interna, de 30.08.2018 - Lei quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da comunicação do Ministro da Administração Interna, relacionada com a matéria identificada, em epígrafe, salientando, do seu teor, os esclarecimentos prestados, pela tutela, quanto ao dever de pronúncia, das Autarquias Locais, no prazo fixado, sobre a não aceitação da transferência de competências do Estado emergentes da Lei quadro n.º 50/2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 12 de julho de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, a Vereadora, Senhora Eng.ª Paula Fernanda da Mota Chaves em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação.

1.2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 23 de agosto de 2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----
 Não participou na votação deste assunto, o Presidente da Câmara, Senhor Dr. Nuno Vaz Ribeiro em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE EIRAS, SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROPOSTA N.º 62/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Justificação -----

1. Considerando que a Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cella, através de requerimento datado do pretérito dia 03/01/2018, veio solicitar a colaboração deste Município, centrada na cedência, a título de comodato, dos prédios abaixo identificados - pontos n.º 2 e 3 - a fim de que a mesma se sirva deles para a instalação, respetivamente, de uma casa mortuária e de um centro de dia; -----
2. Considerando que o prédio designado por "Escola Primária de Tresmundes", sito em Tresmundes, freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cella, concelho de Chaves, se encontra inscrito na respetiva matriz sob artigo matricial n.º 424, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 475/20100323, da referida Freguesia; -----
3. Considerando que o prédio designado por "Escola de S. Lourenço", sito em S. Lourenço, freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cella, concelho de Chaves, se encontra inscrito na respetiva matriz sob artigo matricial n.º 24, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 749/20100323, da referida Freguesia; -----
4. Considerando que os referidos espaços se encontram devolutos devido ao encerramento das escolas sedeadas na respetiva freguesia, no âmbito da reorganização da Rede Escolar levada a efeito pelo Ministério da Educação, não se prevendo, a médio prazo, que o Município venha a ter necessidade do mesmos; -----
5. Considerando que a necessidade por parte da Junta de Freguesia de ocupar os referidos espaços se relaciona diretamente com o desenvolvimento de atividades de âmbito social, as quais constituem uma mais-valia para o enriquecimento da população em geral; -----
6. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----
7. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----
8. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste concelho e da região. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 7º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município;

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. j), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, tendo como objeto os prédios atrás identificados, e para os fins em vista, conforme matrizes dos contratos de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias, que seguem em anexo à presente proposta; -----

b) Sequencialmente, deverá a presente proposta de celebração de contratos de comodato ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, legitimando, simultaneamente, o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, os mencionados contratos de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, através da emissão da competente notificação. ----

Chaves, 3 de setembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: As referidas minutas de contratos de comodato. -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE EIRAS, SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva n.º 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de ____ de _____ de 2018 e da Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia _____. -----

e -----
A Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, pessoa coletiva n.º _____, com sede na _____, freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, concelho de Chaves, representada neste ato por _____, com poderes para o ato e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Identificação do imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário de um imóvel designado por "Escola Primária de Tresmundes", destinado a escola primária, sito em Tresmundes, freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, concelho de Chaves, que se encontra inscrito na respetiva matriz sob artigo U - 424º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 475/20100323, da referida Freguesia. -----

Cláusula 2ª -----
(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para a instalação de uma casa mortuária, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----
(Das Obrigações do comodatário) -----

O segundo outorgante fica obrigado a fazer um uso prudente e cuidado do identificado prédio, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

- a)** Manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----
- b)** Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----
- c)** Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----
- d)** Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal, nomeadamente, para a realização de atos eleitorais e/ou referendos, coordenados pela Comissão Nacional de Eleições. -----

Cláusula 4ª -----
(Benfeitorias) -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula 5ª -----
(Prazo de vigência) -----

1. O presente contrato tem a duração de **10 anos**, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

2. O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de receção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

3. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil. -----

Cláusula 6ª -----
(Resolução do contrato) -----

1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante prevista na cláusula 3.^a -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

Cláusula 7ª -----
(Entrada em vigor) -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.

Cláusula 8ª -----
(Disposição final) -----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no artigo 1129º e seguintes do Código Civil. -----

O Presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares para cada um dos outorgantes. -----

Assim o outorgaram. -----

Chaves, ____ de ____ de 2018 -----

O primeiro outorgante : -----

O segundo outorgante : -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE EIRAS, SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva n.º 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, e com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de ____ de ____ de 2018 e da Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia _____. -----
e -----

A Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cella, pessoa coletiva n.º _____, com sede na _____, freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cella, concelho de Chaves, representada neste ato por _____, com poderes para o ato e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----
(Identificação do imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário de um imóvel designado por "Escola de S. Lourenço", sito em São Lourenço, freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cella, concelho de Chaves, que se encontra inscrito na respetiva matriz sob artigo U - 24º, a favor do Município de Chaves, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 749/20100323, da referida Freguesia. -----

Cláusula 2ª -----
(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para a instalação de um centro de dia, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----
(Das Obrigações do comodatário) -----

O segundo outorgante fica obrigado a fazer um uso prudente e cuidado do identificado prédio, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

e) Manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----

f) Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----

g) Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----

h) Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal, nomeadamente, para a realização de atos eleitorais e/ou referendos, coordenados pela Comissão Nacional de Eleições. -----

Cláusula 4ª -----
(Benfeitorias) -----

3. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

4. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula 5ª -----
(Prazo de vigência) -----

4. O presente contrato tem a duração de **10 anos**, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

5. O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de receção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

6. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil. -----

Cláusula 6ª -----
(Resolução do contrato) -----

3. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante prevista na cláusula 3.ª. -----

4. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

Cláusula 7ª -----
(Entrada em vigor) -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.

Cláusula 8ª -----
(Disposição final) -----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no artigo 1129º e seguintes do Código Civil. -----

O Presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares para cada um dos outorgantes. -----
Assim o outorgaram. -----
Chaves, ____ de ____ de 2018 -----
O primeiro outorgante : -----
O segundo outorgante : -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º TRIMESTRE 2018. EHATB. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----
Nos termos das disposições legais aplicáveis à atividade empresarial local (Alínea e) do n.º 1 do artigo 42 da Lei 50/2012, de 31 de agosto), cumpre-nos remeter trimestralmente o relatório de execução orçamental da EHATB - Empreendimentos hidroelétrico do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A., ao Órgão Deliberativo das Entidades Públicas Participantes no capital social. -----
Nesse sentido, juntamos uma cópia do relatório de execução orçamental, reportado ao 1º trimestre de 2018. -----
Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos. -----
Ribeira de Pena, 20 de agosto de 2018. -----
O Diretor, -----
António Manuel Carvalho Rodrigues, Eng. -----

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DATADO DE 2018.08.23. -----

À reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3. AUTORIZAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO FORTE DE SÃO NEUTEL, EM VISTA À REALIZAÇÃO, NO PRÓXIMO DIA 22 DE SETEMBRO, DA ATIVIDADE "JOGOS SEM FRONTEIRAS". PROPOSTA N.º 63/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Justificação -----

1. Considerando que, no próximo dia 22 de setembro de 2018, a Associação "Centro Cultural e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal - CCD", pretende levar a efeito, na cidade de Chaves, a atividade designada "Jogos Sem Fronteiras"; -----
2. Considerando que tal atividade pretende fomentar o convívio entre os Trabalhadores do Município de Chaves, bem como o exercício físico. -----
3. A atividade em causa é constituída por um conjunto de provas, do tipo "team building", colocando em competição equipas formadas pelos trabalhadores do Município de Chaves em representação de cada Divisão Municipal. -----
4. Considerando que o local pretendido para levar a efeito tal atividade é o "Forte de São Neutel" em Chaves; -----
5. Considerando que o espaço afeto ao Forte de São Neutel vem sendo gerido pelo Município de Chaves; -----

6. Considerando que o evento em causa, assume, em face da natureza das atividades a desenvolver, desportivas e recreativas, um manifesto e relevante interesse, o qual poderá ser aproveitado pelos trabalhadores municipais; -----

7. Considerando que nos termos do disposto na alínea p), do artigo 33º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, *"deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;"* -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja adotada deliberação, pelo órgão Executivo Municipal, no sentido de autorizar a ocupação e utilização do espaço - Forte de São Neutel -, a favor da Associação "Centro Cultural e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal - CCD", para a realização, no próximo dia 22 de setembro de 2018, a atividade designada "Jogos Sem Fronteiras" -----

b) Caso seja autorizada a ocupação e utilização do espaço - Forte de São Neutel -, nos termos anteriormente sugeridos, a mesma carece do cumprimento de condições, por parte da interessada, tidas como essenciais, a saber: -----

i) Dever de conservação e/ou manutenção do espaço nas mesmas condições em que foi cedido à interessada; -----

ii) Responsabilização, por parte da interessada, relativamente a todos os danos que, eventualmente, possam ocorrer com projeção no espaço municipal, em causa, durante o período de cedência que venha a ser fixado. -----

Chaves, 31 de agosto de 2018 -----

O Vice-presidente da Câmara Municipal, -----

na ausência do Presidente -----

(Francisco Melo) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES (REATIVAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTO ACORDADO) - CÁTIA SOFIA MARTINHO FERREIRA - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - INF 170/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Da Introdução -----

1. Através do requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, n.º 9054/18, Cátia Sofia Martinho Ferreira veio, em síntese, solicitar a reativação do plano de pagamento em prestações anteriormente acordado entre a requerente e o Município de Chaves no valor de € 25 (vinte e cinco euros), expondo expressamente o que segue: -----

"Devido ao requerimento que foi aceite em prestações de 25 € e por uma mensalidade que iria ser paga em atraso e não me foi aceite, cortavam o requerimento. Por esse efeito volto a pedir novas prestações ..."

2. Neste contexto, veio a ser solicitado a estes serviços a emissão da competente informação técnico-jurídica sobre a estratégia a adotar perante o incumprimento do referido acordo de pagamento. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Dos Factos -----

1. Na sequência das reuniões ordinárias do executivo municipal, realizadas no pretérito dia 10/04/2017 e 30/11/2017, veio a ser autorizada, à requerente, o pagamento em prestações do valor em dívida a título de consumos de água efetuados e não pagos, ao abrigo do disposto no art.166.º, do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, do Município de Chaves. ---

2. Nos termos do disposto no n.º1, do art.166.º, do referido Regulamento Municipal, "As dívidas referentes a faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento, devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara, no prazo máximo de 20 dias úteis a contar da data do fim do pagamento voluntário, ficando o seu pagamento, condicionado aos valores mínimos definidos ..." constantes da tabela.

3. Acresce, que o deferimento do pagamento em prestações se encontra condicionado ao sancionamento do órgão executivo municipal, e desde que o sujeito passivo tenha demonstrado, a impossibilidade económica de efetuar o pagamento integral em dívida. -----

4. Ora, atentos os elementos constantes do processo, verifica-se que foram efetuados entre a requerente e o Município de Chaves, dois acordos de pagamento em prestações, referentes a dívidas de água e resíduos sólidos urbanos. -----

- O Acordo n.º. 079170400010 - 10 Prestações - cada prestação no valor de € 57.29 - aprovado em reunião do órgão executivo municipal de 30/11/2017 (INF.112/SHSDPC/N 36/2017); -----

- O Acordo n.º. 0791712000005 - 7 Prestações - cada prestação no valor de € 25.00 - aprovado em reunião do órgão executivo municipal de 10/04/2017 (INF.267/DAR/2017); -----

5. Na verdade, atentos os elementos existentes no processo, constatou-se que a requerente não cumpriu os referidos Acordos voluntários de pagamento em prestações, tendo-lhe sido instaurados, consequentemente, os competentes processos executivos pelo órgão de execução fiscal¹. -----

6. Assim, da análise dos documentos constantes no processo, à data da apresentação da pretensão em causa, em 30/07/2018 - pedido de

¹ O Código do Procedimento e Processo Tributário consagra, no artigo 148º, o objeto da execução fiscal, cuja finalidade é a cobrança coerciva dos créditos do Estado e de outras pessoas coletivas de direito público. -----

O n.º1 do artigo 103º da LGT determina que o processo de execução fiscal tem, unitária e integralmente, natureza judicial. -----

reativação do plano de pagamento em prestações de uma dívida de água -, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor de € 708,03, acrescido de € 62.13 a título de juros² e de € 176,58 a título de custas com o processo de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local. -----

7. Nestes termos, o faseamento do pagamento da dívida deverá observar, agora os requisitos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT). -----

III - Do Direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.º12/2008, de 26 de fevereiro e n.º24/2008, de 2 de junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. -----

3. Resulta do disposto no n.º1, do art.9.º, da Lei n.º23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura onde se especifique devidamente os valores que a mesma apresenta. --

4. Todavia, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito, de acordo com o disposto no n.º1, do art.10.º, da Lei n.º23/96, de 26 de julho e ulteriores alterações. -----

5. Sobre esta matéria, o n.º4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o prazo para a propositura da ação ou da injunção pelo prestador de serviços é de seis meses, contados após a prestação do serviço ou do pagamento inicial, consoante os casos. -----

6. Ora, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art.155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art.10º, do Decreto Lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações.

7. Neste caso e porque se trata de tributos administrados por Autarquias Locais são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do preceituado no n.º1, do art.7º, do Decreto Lei n.º433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações. -----

8. Sendo certo que, por força do princípio da decisão, intentar uma execução fiscal para cobrança de valores em dívida e referentes a tributos administrados pelo Município consubstancia um verdadeiro poder-dever. -----

9. Isto significa que perante a falta de pagamento de uma fatura de água, o Município está legalmente obrigado a instaurar a respetiva execução fiscal, sob pena de violação de uma obrigação legal, com todas as consequências legais. -----

² Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

10. E prova disso é que, nos termos do disposto no n.º3, do artigo 85º, do Decreto-Lei n.º433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações, a concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária. -----

11. Assim sendo, na falta de pagamento voluntário no prazo fixado, as prestações pecuniárias serão liquidadas em sede de processo de execução fiscal, conforme o preceituado no art.7.º, do Decreto Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, que aprovou o Código do Processamento e Processo Tributário (CPPT) e no n.º2, do art.12.º³, do Regime Geral das Taxas de Autarquias Locais (RGTA). -----

12. Acresce, que nos termos do disposto no n.º1, do art.88.º, do CPPT, findo o prazo de pagamento voluntário, será extraída pelos serviços competentes certidão de dívida que configura o título executivo e instaurada a execução fiscal, iniciando-se as diligências com vista à citação do executado. -----

13. De facto, as dívidas exigíveis em processo executivo, cumpridos determinados pressupostos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, através de requerimento a dirigir ao órgão de execução fiscal, conforme resulta do disposto no n.º1, do art.196.º, do CPPT, cabendo ao órgão de execução fiscal decidir se estão cumpridos todos os pressupostos. -----

14. Nestes termos, no requerimento para o pagamento em prestações, a executada deverá indicar a forma como se propõe efetuar o pagamento e os fundamentos da proposta, instruindo-o com todas as informações de que disponha, conforme resulta do disposto no n.º1 e n.º2, do art.198.º, do CPPT. -----

15. O que significa, que a executada deverá demonstrar a existência de uma situação económica que não lhe permite solver a dívida de uma só vez, o que é condição da concessão da autorização do pagamento em prestações, bem assim indicar, o número de prestações, mensais e iguais pretendido, com vista ao pagamento da dívida, agora em execução fiscal.

16. De referir, que conforme as disposições combinadas e previstas no disposto no n.º8, do art.199.º e no n.º4, do art.200.º, do C.P.P.T., na falta de prestação de garantia idónea ou inexistência de autorização para a dispensa da mesma, a falta de pagamento de uma única prestação, importa o vencimento imediato das seguintes, seguindo o processo de execução os seus termos normais. -----

17. Sobre esta matéria, importa ainda referir que para além do valor abrangido pelo plano de pagamentos incumprido, a requerente deve o valor das faturas que, entretanto, forem sendo emitidas. -----

IV - Propostas -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela peticionária, - reativação do plano de pagamento em prestações mensais no valor de € 25 (vinte e cinco euros) - com base nas razões anteriormente expostas. -----

³ Artigo12.º Incumprimento -----

(...) 2 - As dívidas que não forem pagas voluntariamente são objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

b) No cumprimento do disposto no art.121.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias úteis para permitir à ora interessada vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão entretanto exarado; -----

c) Em simultâneo, informar a requerente da possibilidade do pagamento em prestações mensais e sucessivas da dívida em execução fiscal, desde que nenhuma prestação seja inferior a uma unidade de conta no momento da autorização, ou seja, no valor de € 102 (cento e dois euros)⁴, devendo para o efeito, querendo, formular o competente requerimento, instruído com os documentos comprovativos de insuficiência económica; -----

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----
Chaves, 23 de agosto de 2018. -----
A Técnica Superior Jurista -----
Ana Tomaz -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.09.03-----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.03. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VIATURA PARTICULAR.

REQ: JÚLIO MANUEL CARVALHO ALVES INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 174/DAF/2018.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n° 5752, de 05/07/2018, Júlio Manuel Carvalho Alves, veio solicitar a assumpção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento de uma indemnização tendente a suportar as despesas relativas aos prejuízos sofridos numa viatura, na sequência de condições atmosféricas, ocorridas no pretérito dia 28 de junho de 2018, devido a uma enorme tempestade que estava a ocorrer. -----

2. Para o efeito, invoca, em síntese que no dia 28 de junho, pelas 21:00 h, dirigiu-se a uma caixa de multibanco para efetuar uma

⁴ Sem prejuízo, das situações enquadráveis ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Município de Chaves (designadamente, n.º3, do art.5.º, do referido regulamento municipal). -----

transferência bancária, estando a acontecer uma tempestade, acompanhada de chuva intensa, tendo o tempo piorado significativamente, quando entrou para o carro no regresso a casa. Alega que apesar das referidas condições atmosféricas, tomou as devidas precauções na condução, circundando a uma velocidade reduzida e com toda a diligência. -----

Mais invoca, que as estradas estavam "completamente inundadas, pelo que os bombeiros andavam pelas ruas da cidade a levantar as sarjetas para que a água pudesse escoar, facilitando, assim, o trânsito dos veículos. -----

Arranquei com o meu veículo sendo que, passado pouco tempo e sem que nada o fizesse prever (não apenas porque já estava escuro, mas também por causa do mau tempo e da inundação das estradas), ao subir a Ladeira do Anjo, no sentido de quem vem de Santo Amaro, senti que o meu veículo raspou contra qualquer coisa, ouvindo um estrondo bastante alto. Parei, de imediato, o veículo no local, mas não consegui reparar em nada. -----

Apenas quando cheguei a casa é que, analisando o veículo com mais calma, consegui reparar que aquando do levantamento das sarjetas pelos bombeiros, uma das sarjetas não foi bem fechada, ficando a mesma bastante levantada e saliente. A parte da sarjeta que ficou levantada raspou o meu veículo por baixo, fazendo um buraco enorme, do lado do passageiro da parte de trás, tal como se pode ver pelas fotografias em anexo." (...) -----

3. O requerente instruiu o seu requerimento inicial com três fotografias, relativas aos danos ocorridos na viatura. -----

4. Neste contexto, atentos os factos expostos, o presente assunto foi reencaminhado para a Divisão de Águas e Resíduos, para se pronunciar sobre os factos apresentados pelo requerente, designadamente, quanto à deficiente colocação das sarjetas no local indicado. -----

5. Neste sentido, a respetiva Divisão de Águas e Resíduos, através da Informação, de 23/07/2018, informou expressamente, do seguinte: -----
" Face ao solicitado e após verificação técnica do presente assunto, foi por mim verificado não existir qualquer anomalia nas sarjetas localizadas na Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes (Ladeira do Anjo)." -----

6. Solicita, o requerente que lhe paguem o prejuízo, sem a apresentação de documentação idónea que sustente o valor pedido. -----

7. É, pois, no âmbito dos factos acima expostos que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do Direito -----

1. A pretensão do requerente, insere-se nas normas da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais Pessoas Coletivas Públicas, decorrente da prática de atos ilícitos, no domínio dos atos de gestão pública, enquadrada no art.22.º, da C.R.P. e regulamentada pela Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei 31/2008, de 17 de julho. -----

2. De acordo com o artigo 1º, do Anexo a esta lei, e que dela faz parte integrante, " A responsabilidade civil extracontratual do Estado e das demais pessoas coletivas de direito público por danos resultantes do exercício da função legislativa, jurisdicional e administrativa rege-se pelo disposto na presente lei, em tudo o que não esteja previsto em lei especial". -----

3. Relativamente à responsabilidade por danos decorrentes do exercício da função administrativa encontra-se prevista nos artigos 7.º a 11.º,

do retrocitado diploma legal, sem prejuízo das disposições gerais previstas nos artigos 1.º a 6.º. -----

4. Podemos então, sistematizar a responsabilidade da função administrativa, individualizando duas modalidades, a responsabilidade por factos ilícitos e a responsabilidade pelo risco, sendo que o caso "sub judice" se reporta à responsabilidade por factos ilícitos. ----

5. Ora, de acordo com o disposto no n.º1, do art. 9.º, "Consideram-se ilícitas as acções ou omissões dos titulares de órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objectivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos." -----

6. O que significa que o Município será responsável pelo pagamento dos peticionados danos quando se concluir que os seus órgãos ou agentes praticaram, por acção ou omissão, no exercício das suas funções e por causa desse exercício, atos de gestão ilícitos e culposos e que foram estes a provocar aqueles danos. -----

7. Na verdade, cabe ao município a obrigação de vigiar o estado das vias, bem como remover ou sinalizar os obstáculos nelas existentes impeditivos de uma cómoda e segura circulação, pois que o cumprimento defeituoso ou o incumprimento desses deveres o fará incorrer, de acordo com as regras gerais da responsabilidade civil, na obrigação de indemnizar os danos daí decorrentes. -----

8. Sendo certo que a responsabilidade civil por atos de gestão pública corresponde, no essencial, ao conceito civilístico de responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos que tem consagração legal no art.483.º ⁵, do Código Civil, sendo os seus elementos constitutivos: o facto, a ilicitude, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o facto e o dano. -----

9. Assim, para que tal responsabilidade exista é necessário que se verifiquem de forma cumulativa os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos e culposos. -----

10. Integram os referidos pressupostos: -----

- O Facto ilícito - trata-se de um comportamento ou conduta do titular de um órgão ou por um trabalhador da entidade pública, podendo revestir a forma de uma acção ou de uma omissão; -----

- A ilicitude do facto praticado decorrente da violação de princípios ou normas constitucionais, legais ou regulamentares, de regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado ou prudência comum, ou que resulte do funcionamento anormal do serviço, o qual cause a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos (n.º1 e 2, do art. 9.º, da Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações);

- A Culpa - o nexo de imputação ético jurídico, que na forma de mera culpa (negligência) traduz a censura dirigida ao autor do facto por não ter usado da diligência que teria o homem normal perante as circunstâncias do caso concreto ou neste âmbito de responsabilidade. A Culpa dos titulares de órgãos e agentes deve ser apreciada pela diligência e aptidão (de um bom pai de família) que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão ou agente típico zeloso e cumpridor, presumindo-se a existência de culpa leve na prática de atos jurídicos ilícitos ou sempre que tenha havido incumprimento de deveres de vigilância (art.10.º). De

⁵ " Aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação". -----

acordo com o princípio do ónus da prova a que alude o art.342.º, do C.C. é ao lesado quem incumbe alegar e demonstrar a culpa do autor da lesão, salvaguardando os casos de existência de presunção legal de culpa. -----

- O Dano, traduz-se na lesão, patrimonial ou não patrimonial, causados na esfera jurídica de terceiros (n.º3, do art.3.º, da Lei n.º67/2007, de 31/12 e ulteriores alterações); -----

- O Nexo de Causalidade entre o facto ilícito e o dano, ou seja, é necessário que em termos abstratos o facto ilícito causador do dano seja apto a produzi-lo, e que este não tenha ocorrido por força de circunstâncias excepcionais, anormais ou anómalas que tenham influenciado no caso concreto. -----

11. Enunciados que estão todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, cabe apurar se no caso individual e concreto estão verificados os pressupostos da responsabilidade civil. -----

12. Ou seja, é necessário que o evento que provocou os danos na alegada viatura, resulte de um facto traduzido numa ação ou omissão praticado por um trabalhador ou órgão da entidade pública, que tal conduta seja ilícita por violar princípios, normas constitucionais, legais ou regulamentares ou decorra de um funcionamento anormal dos serviços, que possa ser imputado a título de culpa grave ou negligência e, que, o facto ilícito tenha provocado os danos ocorridos sem a interferência, no caso concreto, de circunstâncias excepcionais, anómalas ou anormais. -----

13. Assim e entrando na apreciação do caso concreto, temos que: --- Segundo descrição do requerente, os prejuízos causados na viatura, que o queixoso alega de sua propriedade (apesar, de não ter indicado qualquer documento de titularidade, nem de identificação da viatura), verificaram-se no dia 28/06/2018, pelas 21:00 h, na sequência de uma tempestade com trovoadas e chuva intensa quando circulava no sentido de quem vem de Santo Amaro, "ao subir a Ladeira do Anjo", em direção a casa. -----

14. De modo a averiguar a existência de culpa dos serviços municipais pelos danos ocorridos na esfera jurídica do requerente, foram solicitados esclarecimentos aos serviços da Divisão de Águas e Resíduos, tendo esta Divisão informado " ... não existir qualquer anomalia nas sargetas localizadas na Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes (Ladeira do Anjos)." -----

15. Face ao exposto, entendemos não se ter verificado um funcionamento anormal dos serviços municipais nos termos e para os efeitos do disposto no n.º4, do art.7.º, da Lei n.º67/2007, de 31 de dezembro e ulteriores alterações, porquanto, atendendo às circunstâncias e a padrões médios de resultado, não era razoável exigir dos serviços municipais outra atuação. -----

16. De notar que à data e ora dos factos, ocorreu em Chaves, uma intensa tempestade, com bastante precipitação e trovoadas, provocando inundações em vários pontos da cidade. -----

17. Assim sendo, se do probatório vier a resultar a verificação do incidente na data e no local acima identificado, alegado pelo queixoso, então nesse caso, será de equacionar que os danos no veículo resultaram em virtude de circunstâncias excepcionais, anormais, imprevisíveis condições atmosféricas, caso fortuito. -----

18. No entanto, quanto aos elementos de prova existentes no correspondente processo é de referir que os mesmos são escassos. ---

Consideramos assim: -----

- Não se verificou que qualquer autoridade pública - P.S.P./G.N.R.- se tenha deslocado ao local do incidente, comprovando a ocorrência do mesmo. -----
- O referido acidente, também não foi alvo de qualquer queixa pelo eventual lesado em qualquer esquadra da P.S.P, para participar o sucedido. -----
- O requerente não indicou quaisquer testemunhas sobre o respetivo incidente. -----
- O queixoso alega ser proprietário da viatura que sofreu os danos, sem contudo apresentar os documentos de titularidade, nem tão pouco identifica a viatura com a matrícula, etc. -----
- Também não existiu em data oportuna qualquer peritagem técnica dos serviços, para serem verificados quais os danos causados na viatura, sua extensão - peritagem que iria ajudar a formar conclusões técnicas e jurídicas. -----
- Por fim, o peticionário não apresentou qualquer orçamento, referente aos prejuízos causados na mencionada viatura. -----
- 19. Ora, para além do registo fotográfico (três fotografias de danos numa viatura), existe apenas um requerimento escrito dirigido a esta Autarquia, sem qualquer outro documento que consubstancie e sustente o pedido. -----
- 20. Na verdade, o requerente apenas instruiu o seu requerimento com o registo fotográfico de danos numa viatura, que nem sabemos se realmente é propriedade do requerente, uma vez que não consta neste processo qualquer documento de titularidade, nem de identificação da própria viatura. -----
- 21. Deste modo, o requerente, apenas faz uma descrição do que sucedeu, baseando a sua pretensão apenas no que diz que aconteceu, não provando os factos invocados. -----
- Assim, neste processo, apenas constitui prova da veracidade do alegado incidente as declarações do queixoso, não existindo sustentabilidade documental das mesmas. -----
- 22. Ora, as indemnizações não podem ser atribuídas com base, exclusivamente, no que o requerente alega, devendo ser sempre tida em conta a prova, a comprovação efetiva da ocorrência, dos danos, da sua extensão, o custo dos mesmos. -----
- 23. Neste contexto, refira-se que o ónus da prova é da responsabilidade do requerente, que deve comprovar o seu direito, juntando todos os elementos essenciais (documentos escritos, fotografias, etc.) que possam confirmar, de forma clara, a sua pretensão, a veracidade da mesma, a culpa da autarquia, que as lesões ocorreram em consequência daquela circunstância, que existiram custos.
- 24. Neste sentido, veja-se o Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, Proc.02749/07, de 04/07/2011, do qual importa transcrever o seguinte excerto: "Cabia ao requerente fazer prova da existência de uma omissão juridicamente relevante, por se tratar de um facto constitutivo do seu direito, só depois de feita essa prova, funcionaria a referida presunção de culpa, que seria ou não elidida; o que nos parece não foi feito." -----
- 25. Pelo exposto, pese embora o requerente, tenha sido lesado na sua dimensão patrimonial, muito concretamente, mediante os danos provocados na alegada viatura, não é menos verdade que não é possível estabelecer um nexo causal entre tal facto e qualquer conduta ilícita cometida pela Autarquia e que se mostre idónea para provocar tal resultado. -----

26. Sendo certo que para haver responsabilidade do agente é necessário que este tenha atuado de forma dolosa ou intencional, ou, então, de forma negligente. -----

27. Ora, as considerações anteriores permitem desde já antecipar para a falta da verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, muito concretamente, a culpa dos serviços municipais, facto que impede a imputação de responsabilidade ao Município de Chaves pelos danos que se verificaram na esfera jurídica do requerente. -----

28. De facto, de acordo com os elementos constantes dos autos, os mesmos são insuficientes para comprovar a violação culposa de obrigações legais que pendem sobre o Município de Chaves e o nexo de causalidade entre o facto ilícito e os danos invocados pelo requerente.

29. Não se logrando provar a existência de tal nexo de causalidade, fica prejudicada, como é evidente, a imputação de responsabilidade civil extracontratual a esta autarquia local. -----

30. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, na situação em análise, não se encontram preenchidos todos os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento da responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, uma vez que não decorre, no caso individual concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da peticionada indemnização; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art.121.º do Código de Procedimento Administrativo, sendo estabelecido o prazo de 10 dias, para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 29 de agosto de 2018. -----
A Técnica Superior Jurista, em regime de mobilidade -----
(Ana Tomaz)-----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.09.03-----

Visto. Concordo com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentada, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas nesta informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.03. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1 - APRECIACÃO DO PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE INCÊNDIO EM GARAGEM. BAIRRO: AREGOS. BLOCO 16. INFORMAÇÃO Nº147/SHSDPC N.º69/2018-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1.ENQUADRAMENTO-----

Em resultado do processo de realojamento, iniciado no ano de 1999, para o Bairro Social dos Aregos, foi subscrito a 27 de janeiro de 2000, contrato de arrendamento entre o Município de Chaves e a arrendatária Glória Esteves da Mó, solteira, tendo-lhe sido atribuída uma habitação de três assoalhadas, localizada no 3.º Dt.º do bloco 16. Da composição do agregado familiar fazia parte, a titular do contrato e dois descendentes, à data, menores de idade. O companheiro da arrendatária e progenitor dos dois menores, Nelson de Amoreira Esteves não participou no realojamento em virtude de se encontrar privado de liberdade.-----

Em 2003, através da ata de conferencia de pais produzida no 1.º juízo do Tribunal Judicial de Chaves, em processo de regulação do poder paternal, foi acordado entre os progenitores que o exercício do mesmo ficaria a cargo da mãe. O progenitor pagaria a importância devida a título de pensão de alimentos a entregar, mensalmente, à progenitora. Consta, igualmente, do aludido acordo que, *"o pai poderá ver os menores sempre que queira, sem prejuízo do descanso e horário escolar dos mesmos"*.-----Em

fevereiro de 2004, a arrendatária informa este serviço, através de auto de declaração n.º 8/2014 que, o seu companheiro (pai dos seus dois filhos), não reside na habitação e não cumpre com o acordo firmado, em matéria de pagamento da pensão de alimentos devida a menores.-----

-Através de requerimento produzido pela arrendatária, em outubro de 2007, é feita uma caracterização do agregado familiar, composto, pela própria e os seus dois filhos, no qual refere que, *"o pai dos meus filhos emigrou e não contribui monetariamente para as despesas familiares"*.-----

-1.1 FACTO RELEVANTE-----Por

razões, ainda, desconhecidas, no dia 30 de novembro de 2017, deflagrou um incêndio urbano, com origem na garagem do bloco 16, rua Capitão Sousa Dias, onde ficou circunscrito, sem registo de vítimas.-

Em resultado do incêndio, ficaram completamente destruídos, os tubos de saneamento e ventilação, luminárias e cabos elétricos na área do fogo e áreas adjacentes.-----

Para além dos danos materiais registados no interior da garagem, a propagação do fumo originou estragos, também eles avultados, na caixa de escada e pisos superiores. Aliás, o apartamento situado no 1.º esq.º do bloco 16, foi o que sofreu mais estragos, com a pintura totalmente danificada (corredor, sala, quarto de dormir e teto da cozinha).-----

Segundo consta do relatório produzido pelo Gabinete de Proteção Civil, *"além dos danos do edifício os inquilinos do prédio perderam os seguintes bens: Bicicletas, frente de mota, eletrodomésticos, carpetes, aquecedores, mesas de cabeceiras, mesa de cozinha, etc."*---

2.FUNDAMENTAÇÃO-----

-À exceção dos blocos 8A, 8B e 8C, todos os blocos do bairro social dos Aregos foram dotados, ao nível do rés-do-chão, de áreas de estacionamento de viaturas. Por opção da Câmara Municipal de Chaves, os espaços reservados ao estacionamento de veículos motorizados afetos aos blocos 9, 14 e 15, encontram-se sob tutela direta da Unidade Orgânica de Recursos Operacionais-----

Com exclusão dos blocos anteriormente identificados, estão disponíveis para aparcamento de viaturas, os lugares de garagem dos blocos 7, 10, 11, 12, 13, 18 e 19, utilizados de forma regular pelos inquilinos. Os lugares afetos aos blocos 7, 18 e 19, são considerados fechados e apenas permitem o acesso restrito, pelo interior do edificado, aos inquilinos que previamente estabeleceram um contrato de arrendamento do espaço de estacionamento de viaturas. -----

Assim, após ter compulsado a informação existente, apenas foi legitimada a utilização aos inquilinos do 1º esq e 3.º esq do espaço de estacionamento localizado no bloco 7, aos moradores do bloco 18, 2.º dtº, 3.º dt.º e 3.º esq.º e bloco 19, 1.º dt.º, 1.º esq.º e 3.º esq.º. Quanto ao estacionamento de viaturas no espaço reservado ao bloco 16 e 17, foi, desde sempre, interdita a sua utilização, em virtude de a rampa de acesso inviabilizar a circulação de veículos automóveis.----

Desta forma, facilmente se conclui pela existência de uma apropriação indevida por parte do proprietário do veículo motorizado, da marca Yamaha, modelo XTZ 660, na área de estacionamento afeta ao bloco 16, na medida em que, tratando-se de um imóvel, propriedade do Município de Chaves, o estacionamento de veículos motorizados, está dependente de autorização prévia e caso seja permitido, deverá ser estabelecido o correspondente contrato de arrendamento do lugar de garagem. -----

A ocupação do lugar de garagem é titulada pelo segundo outorgante do contrato de arrendamento habitacional, em regime de renda apoiada.---

Nos termos do art.º 1305º do Código Civil, "o proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com a observância das restrições por ela impostas".-----

A observância de tal normativo consubstancia a rejeição do pedido de indemnização apresentado pelo advogado⁶ Dr. Ferreira de Araújo, ao referir que, *"fruto desse incêndio, foi afetada a parte comum do referido bloco, tendo afetado também a garagem n.º 16, da propriedade do senhor Nelson de Amoreira Esteves"*.-----

Aliás, com o seu comportamento, o senhor Nelson de Amoreira Esteves atentou contra o direito de propriedade do Município de Chaves ao

⁶ Refira-se que o valor apresentado pelo mandatário do Sr. Nelson Esteves não é coincidente com o valor vigente na proposta da empresa "Ciclomotores Adriano". Esta, apresenta o valor de 2.106,01€ sem IVA e o valor apresentado pelo mandatário é de 2.590,30€, sem IVA.-----

introduzir, no lugar de garagem do bloco 16, um veículo motorizado não autorizado.-----

No caso concreto do bloco 16 o corredor de acesso à garagem, não permite a circulação dos veículos automóveis da respetiva garagem para o exterior do edifício e do exterior para o interior da garagem. Desta forma, e atento o constrangimento na acessibilidade à garagem, a mesma não deve ser utilizada pelos inquilinos para estacionar os respetivos veículos motorizados. A utilização para esse fim, não está contida no direito de arrendamento dos inquilinos.-----

Assim,-----

Considerando que, a totalidade dos inquilinos dos blocos 16 e 17 (cuja garagem é comum aos dois blocos) não se encontra legitimado do correspondente contrato de arrendamento do lugar de garagem que lhes outorgue o direito ao estacionamento de viaturas motorizadas;-----

-Considerando que, da composição do agregado familiar da arrendatária Glória Esteves da Mó, moradora no 3.º Drt.º, do Bloco 16, apenas faz parte a própria;-----

-Considerando que, desde sempre a arrendatária transmitiu a este serviço a ausência da composição do seu agregado familiar o Sr. Nelson de Amoreiras Esteves, progenitor dos seus dois descendentes;-----

-Considerando que, de acordo com a alínea d), do n.º 1, artigo 25.º, da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, a permanência na habitação, por período superior a um mês, de pessoa que não pertença ao agregado familiar, carece de autorização prévia do senhorio, sob pena de constituir causa de resolução do contrato pelo senhorio;-----

-Considerando que, do processo individual da arrendatária Glória Esteves da Mó, não consta qualquer pedido expresso de permanência na habitação do senhor Nelson de Amoreira Esteves. Alias, todas as referências ao progenitor dos seus dois filhos, remetem para a sua ausência da habitação, conforme foi relatado na parte do enquadramento da presente informação;-----

-Considerando que, a arrendatária Glória Esteves da Mó, ou mesmo o pai dos seus dois filhos, Nelson de Amoreira Esteves, não possui qualquer direito de estacionamento de veículo motorizado na garagem do bloco 16;-----

-Considerando que, a utilização não autorizada do lugar de garagem não é abonatória da defesa dos direitos e justiça, daqueles que mensalmente liquidam o valor contratado de arrendamento do lugar de garagem, vigente em outros blocos do mesmo bairro;-----

3.DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

-Pelo exposto, este setor de habitação social e desenvolvimento de projetos comunitários não se lhe oferece qualquer argumento de facto e de direito que indiciem para o deferimento da pretensão do mandatário do Sr. Nelson de Amoreira Esteves, quanto à matéria requerida (indenização por incêndio na garagem do bairro social dos Aregos), em virtude de se constatar a existência de uma utilização abusiva por parte do sujeito em apreço, na ocupação de espaço não autorizado, pelo que, tomo a liberdade de submeter à apreciação superior a adoção da seguinte estratégia procedimental;-----

1 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Paula Cabugueira, em vista a sancionar os fundamentos explanados que versam sobre o indeferimento da pretensão do requerente em apreço;-----

2- Suscitar o **indeferimento** da pretensão do requerente, por não estarem reunidos os requisitos legais que legitimem a ocupação do lugar de garagem por um veículo motorizado;-----

3 - Caso a presente informação venha a merecer de concordância superior, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser enviada para o gabinete da Vereadora de Ação Social, Paula Chaves, para a emissão da competente decisão;-----

4 - Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a produzir a competente deliberação, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão do interessado, de acordo com as razões anteriormente aduzidas;-----

5 - No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado;-----

6 - Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação.--

À consideração Superior.-----
Chaves, 21 agosto de 2018-----

O Técnico Superior-----
(Aureliano Moraes)-----

Em anexo: Comunicação remetida pelo mandatário do sr. Nelson de Amoreira Esteves.-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.08.22-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.22-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.08.23. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA GUADALUPE BISCOITO RAÇÕES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº157/SHSDPC/N.º73-2018 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.08.23-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Diretor de Departamento, Marcelo Delgado ---

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.23-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.08.23. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3 - PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º03 /2018 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº158/SHSDPC/N.º74/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.08.23-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Diretor de Departamento, Marcelo Delgado ---

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.29-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.08.30. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL. DAVID VILARANDA BORGES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº153/SHSDPC/N.º73/2018-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1.ENQUADRAMENTO-----

Em resultados das recentes alterações⁷ introduzidas ao Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em exercício nesta Autarquia desde o ano de 2002, passou a ser possível, mediante requerimento prévio, a liquidação, em prestações, da dívida acumulada em processo de execução fiscal de consumidores de água que demonstrem a existência de uma situação económica difícil e imprevisível.-----

Para o efeito, a alínea 3.2 do n.º 3 do aludido Regulamento, prevê um regime excecional, em que: "A autorização do pagamento em prestações de importâncias inferiores ao valor de Uma Unidade de Conta, fica condicionada à prévia autorização pelo órgão executivo mediante a apresentação de meios de prova que corroborem a efetiva carência económica, levando em linha de conta os sinais exteriores de riqueza e comprovada pela existência de um rendimento *per capita* igual ou inferior a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), sempre que o executado não seja responsável pela situação de insuficiência ou carência económica".-----

⁷Consubstanciada na proposta n.º 78 de 08 de abril de 2013, aprovada em reunião do órgão executivo municipal, realizada no pretérito dia 16 de abril de 2013, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 24 de abril do mesmo ano. -----

Por conseguinte, foi cometido a este Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários, a avaliação de casos concretos em processo de execução fiscal, de modo a inferir as reais condições socioeconómicas invocadas, que sustente o deferimento, ou não, pelo órgão executivo, do prévio pedido de pagamento em prestações.-----

2.FUNDAMENTAÇÃO-----

Após instrução do correspondente procedimento administrativo, no propósito de indagar as reais e prementes condições económico-sociais que legitimam o pedido de pagamento em prestações por parte do executado em processo de execução fiscal, cumpre-me esclarecer o seguinte:-----

No que concerne ao executado **David Borges**, o processo não é passível de análise, por falta de documentação/informação;-----
Considerando o exposto, a elaboração do competente processo de avaliação de carência económico-social em vista a legitimar, a pretensão de pagamento em prestações do valor da dívida acumulada, resultou em **indeferimento** por parte destes serviços.-----

3.DA PROPOSTA-----

Pelas razões de facto, acima enunciadas e na impossibilidade de concretizar a pretensão em apreço, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental;-----

1 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Paula Cabugueira, em vista a sancionar os fundamentos explanados que versam sobre a impossibilidade de concretizar o processo de avaliação socioeconómica da requerente em apreço;-----

2 - Reenvio do processo da executada supra identificada ao Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado, de modo a, sequencialmente, remeter ao gabinete da Senhora Vereadora, Paula Chaves;-----

3- Em resultado da decisão da Sra. Vereadora, a presente informação deverá ser encaminhada à chefe de Divisão de Administração e Fiscalização, Sandra Lisboa, para condução dos procedimentos administrativos tidos por adequados;-----

À consideração Superior;-----

Chaves, 20 agosto de 2018-----A
Técnica Superior-----
(Sandra Sarmento)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.08.20-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Diretor de Departamento, Marcelo Delgado ---

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.23-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. Sugere-se o agendamento deste assunto, para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, sendo certo que a decisão a praticar deverá ser sujeita a audiência dos interessados, nos termos do CPA. -

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.08.23. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO POR MORTE DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO. BAIRRO: CASAS DOS MONTES. PRÉDIO 4 (ENTRADA 105) – R/C DRTº. INFORMAÇÃO Nº161/SHSDPC N.º75/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.08.28. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. XIV MARATONA BTT – ROTA DO PRESUNTO. INFORMAÇÃO Nº 204/DDSC/2018.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I – Enquadramento -----

No dia 20 de agosto de 2018 deu entrada nos serviços municipais um ofício, do BTT Clube de Chaves, relativamente ao assunto “XIV Maratona de BTT – Rota do Presunto”. -----

No referido ofício, vem o BTT Clube de Chaves informar que vai levar a efeito a realização da prova XIV Maratona de BTT – Rota do Presunto, a realizar no dia 16 de setembro de 2018. -----

A organização pretende que o secretariado seja na Zona envolvente ao Centro Cultural, sendo que a partida e chegada serão na Av. Miguel Torga. -----

II – Fundamentação -----

Neste sentido, para que o sucesso do evento seja da dimensão que a organização pretende foi solicitado à autarquia o seguinte, a saber:

- a) Autorização para a realização da XIV Maratona de BTT – Rota do Presunto, a realizar no dia 16 de setembro de 2018, a partir da 08h00, com partida e chegada na Av. Miguel Torga; -----
- b) Autorização para ocupar a Avenida Miguel Torga, das 8h00 às 16h00 do dia 16 de setembro de 2018, (domingo); -----
- c) Isenção de taxas de licenciamento; -----
- d) Cedência do arco meta insuflável; -----
- e) Autorização para ocupar o Centro Cultural e a zona envolvente para secretariado; -----
- f) Cedência dos balneários do Pavilhão Municipal para banhos, no dia 16 de setembro; -----
- g) Cedência do Mercado Municipal no dia 15 e 16 de setembro; -----
- h) Cedência de 500 Sacos do Município para ofertar aos participantes; -----
- i) Fornecimento de energia elétrica, extensões e fichas elétricas na zona envolvente ao Centro Cultural; -----
- j) Cedência de grades de proteção; -----
- k) Colocação de um ponto de água junto ao museu ferroviário; -----
- l) Colocação de contentores do lixo na Av. Miguel Torga; -----

O BTT Clube de Chaves informa ainda que a solicitação de apoio à PSP, GNR e Bombeiros para acompanhamento dos ciclistas, ordenamento do trânsito é feita pela organização assim como a assunção de eventuais despesas. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere sobre o seguinte: -----

a) Que seja autorizada; -----

1) A realização da XIV Maratona de BTT - Rota do Presunto, a realizar no dia 16 de setembro de 2018, a partir das 8h00, com partida e chegada na Av. Miguel Torga, **após emissão de parecer positivo por parte da Divisão de Administração e Fiscalização, levantamento da correspondente licença por parte do Clube peticionário e pagamento das referidas taxas municipais.** -----

A ocupação da Avenida Miguel Torga, das 8h00 às 14h00 do dia 16 de setembro de 2018, (domingo); -----

2) A ocupação, no dia 16 de setembro, do Centro Cultural e zona envolvente para secretariado e apoio logístico; -----

3) A cedência do Mercado Municipal nos dias 15 e 16 de setembro de 2018; -----

4) A Cedência dos balneários do Pavilhão Municipal para banhos, no dia 16 de setembro; -----

5) A Cedência de 500 Sacos do Município para ofertar aos participantes; -----

6) A Cedência do arco meta insuflável; -----

b) Caso o exposto seja deliberado favoravelmente, propõe-se, ainda, a envolvimento das divisões da autarquia afetas aos serviços solicitados: -----

Assim compete à/ao: -----

Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural -----

Informar o BTT Clube de Chaves da autorização para a realização da XIV Maratona de BTT - Rota do Presunto, de acordo com o competente despacho tomado relativamente à alínea a) do ponto III da presente informação;

Divisão de Recursos Operacionais -----

1) Providenciar a colocação de contentores do lixo na Av. Miguel Torga;

2) Providenciar o fornecimento de energia elétrica, extensões e fichas elétricas na zona envolvente ao Centro Cultural; -----

3) Providenciar a cedência de grades de proteção; -----

Divisão de Águas e Resíduos -----

Providenciar a colocação de um ponto de água junto ao museu ferroviário para lavagem das bicicletas. -----

Divisão de Sustentabilidade e Cooperação -----

Providenciar a cedência do Mercado Municipal nos dias 15 e 16 de setembro de 2018; -----

Gabinete de Protocolo e Comunicação -----

Publicitar a referida prova. -----

Gabinete de Apoio à Presidência -----

Providenciar a cedência de 500 sacos do Município de Chaves para ofertar aos participantes da referida prova. -----

Divisão de Administração e Fiscalização -----

Operacionalizar a emissão de licença do evento. -----

(Ofício já encaminhado à DAF) -----

Assim, não se vendo inconveniente na autorização do solicitado, caso a metodologia sugerida, mereça a anuência positiva, propõe-se que a mesma seja encaminhada aos diversos setores para operacionalização. -

À consideração superior. -----
 Chaves, 03 de setembro de 2018 -----
 O Técnico Superior, -----
 (Maciel Duque) -----
 Em anexo: ofício remetido pelo BTT Clube de Chaves. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.09.2018 -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 03.09.2018 --
 À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO HÓQUEI CLUBE FLAVIENSE, SEDEADO NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 61/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Da Exposição de Motivos -----

Hóquei Clube Flaviense, NIPC 502 420 170, com sede no Pavilhão Municipal, promotor de atividades desportivas, recreativas e de formação de jovens, solicita apoio para levar a cabo a "**6ª Edição do Torneio de Voleibol, Chaves - 2018**". -----

Considerando a importância do desenvolvimento da modalidade de Voleibol no Concelho de Chaves, tendo o Hóquei Clube Flaviense organizado este Torneio ao longo dos últimos anos com grande sucesso a nível de qualidade e elevado número de participantes; -----

Considerando que em edições anteriores se fizeram representar no Torneio, escolas de formação de voleibol de todo o País, bem como da cidade de Verin-Espanha, levando uma boa imagem do torneio e da Cidade de Chaves; -----

Considerando que o apoio financeiro solicitado têm em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população; --
 Considerando que este clube é promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que as entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas; -----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural,

educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo no entanto sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º- A do CCP; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Apoiar financeiramente de acordo com os orçamentos enviados pela organização, o Hóquei Clube Flaviense, com o valor de 1.595,12 €, para levar a cabo a "6ª Edição do Torneio de Voleibol, Chaves - 2018". ---

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta de adenda ao contrato-programa de -----

desenvolvimento desportivo celebrado com o Hóquei Clube Flaviense, conforme documentos anexos a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, os referidos documentos; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á: -----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto; -----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados; -----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada; ---

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04.07.01.02 ; -----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 24 de agosto de 2018 -----

O Vice-Presidente da Câmara -----

na ausência do Presidente, -----

Francisco Melo) -----

MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO -

Considerando que no passado dia ... de ... de 2018, foi celebrado um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Chaves e o _____, na sequência da Proposta Nº /GAP/2018 de / /2018, aprovada por deliberação camarária do passado dia / / 20___; -----

Considerando que o objeto do referido contrato foi a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - no valor de € (euros); ---

Considerando que o subsídio atribuído revelou-se manifestamente insuficiente para fazer face a todas as atividades calendarizadas no Plano de Atividades. -----

Assim, no dia 00 de _____ de 2018, -----

Como primeiro contratante, o Município de Chaves, NIPC 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas do Concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves; -----

E -----
 Como segundo contratante, _____, com o NIPC _____, com
 sede no _____, neste ato legalmente representada pelo _____ da
 Direção, _____, titular do Cartão do Cidadão n.º _____,
 válido até / /20___. -----
 É celebrada a presente adenda ao contrato supra identificado, de acordo
 com a Proposta N.º /GAP/2018, de / /2018 aprovada pelo executivo
 camarário, em sua reunião do executivo camarário do passado dia /
 /2018, documento que se anexa à presente adenda. -----
 Em tudo o mais mantém-se o clausulado do referido contrato. -----
 O Primeiro Contratante: -----
 O Segundo Contratante: -----
 Contrato n.º .../18. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a
 proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-
 se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
 epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
 todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
 epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
 todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. PLANO MUNICIPAL PARA A MOBILIDADE ELÉTRICA DE CHAVES, INSTALAÇÃO DE POSTO DE CARREGAMENTO NORMAL PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS - INFORMAÇÃO N.º 251/DPM/2018 DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO SR. ARQ.º PAULO ROXO DATADA DE 23.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento-----

1 - Como referido na informação prestada por estes serviços em 12 de março do ano em curso, a Câmara Municipal de Chaves, no âmbito da sua adesão ao *Programa para a Mobilidade Elétrica em Portugal*, deliberou, em sua reunião ordinária de 20 de junho de 2011, aprovar o "*Plano Municipal para a Mobilidade Elétrica de Chaves*" (PMMEC).-----

2 - Na mesma informação foi mencionada a mensagem eletrónica datada de 5 de janeiro de 2018, enviada pela empresa MOBI.E, S.A., pela qual esta veio informar este Município das orientações governamentais que lhes foram ordenadas, no sentido de dotar todos os Municípios de, pelo menos, um posto de carregamento normal para veículos elétricos, abastecido pela rede pública de eletricidade.-----

3 - De recordar que, atentas as instruções que nos foram transmitidas pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, a referida informação apontou para a localização do posto de carregamento na Avenida dos Bombeiros Voluntários, mais concretamente no local com as coordenadas aproximadas de 41°44'33,48''N e 7°28'23,30''W. Esta particularidade conduziu-nos então a propor uma ligeira alteração ao PMMEC, ou seja, a substituição do ponto de abastecimento inicialmente previsto no Largo do Terreiro da Cavalaria, indicado no Anexo II do Despacho n.º 8808/2015, de 10 de agosto, por outro a localizar na Avenida dos Bombeiros Voluntários. -----

4 - Contudo, tal proposta acabou por não ser superiormente anuída pelo Sr. Presidente da Câmara, o qual, através de despacho proferido no dia 1 de agosto deste ano, determinou a localização do posto de abastecimento no local inicialmente previsto, ou seja, no Largo do Terreiro da Cavalaria, articulando-se, obviamente, a implantação de tal equipamento com o arranjo urbanístico do Largo, cujo projeto encontra-se a ser elaborado por esta Divisão.-----

5 - Isto posto, resta-nos, portanto, voltar a analisar as condições sugeridas pela MOBI.E S.A., para a instalação do posto em causa.-----

II - Condições sugeridas pela MOBI.E, S.A. para instalação do posto e análise-----

Como já anteriormente referido, para a instalação do posto em causa, a empresa MOBI.E S.A., solicita:-----

1 - Que o Município suporte as despesas do consumo de energia associadas ao posto de abastecimento a instalar, até à entrada deste na fase de mercado, que se prevê vir a acontecer antes do final do ano em curso, estimando para as mesmas um custo mensal situado entre 100 e 150 euros mensais, salientando, no entanto, que numa utilização anormalmente intensiva do posto, tal despesa não ultrapasse os 500 euros mensais.-----

• Relativamente a esta matéria, considera-se que, na presente data, a mesma se apresenta como intempestiva. Como já antes foi referido, os serviços técnicos afetos à esta Divisão encontram-se a elaborar o projeto de requalificação do Largo do Terreiro da Cavalaria, prevendo-se o início das obras em novembro deste ano e a sua conclusão em meados do próximo ano. Em suma, aquando da conclusão das citadas obras de requalificação, de acordo com a previsão da MOBI.E, S.A., o posto de abastecimento em questão já deverá estar concessionado.-----

2 - Que o Município garanta, após a concessão do posto, pelo prazo mínimo de 5 anos e a título gratuito, uma licença de utilização do domínio público, que inclua os equipamentos e dois lugares de estacionamento destinados exclusivamente aos veículos elétricos em carga-----

• Relativamente ao solicitado, no que respeita ao equipamento propriamente dito, podemos informar que o valor da taxa a pagar importa num montante de 10,60 € (emissão de licença) ao qual, por analogia de conceitos, acresce 52,95 € por ano e 1,00 € por metro linear de tubagens, conforme o artigo 18.º e n.ºs 2 e 8, do artigo 20.º, do documento denominado "Descrição/Designação da Prestação Tributável".- Já quanto aos dois lugares de estacionamento destinados exclusivamente aos veículos elétricos em carga, e no pressuposto de que o concessionário não venha a ser uma entidade pública, informa-se que a taxa a pagar atinge um montante de 1.218,85 € por ano e por lugar, conforme o estipulado na subalínea ii), da alínea a), do n.º 10, do artigo 22.º, do mesmo documento atrás referido. -----

Assim sendo e verificando que o pedido de isenção em causa não possui enquadramento nos Regulamentos Municipais, caberá ao Executivo Municipal, tendo em conta a utilidade pública do equipamento, deliberar sobre o solicitado. -----

3 - Que o Município emita as licenças necessárias à realização, na via pública, de todos os trabalhos necessários à instalação do posto, incluindo a autorização de todos os equipamentos complementares que, eventualmente, venham a mostrar-se necessários.-----

• Refere-se que o equipamento a instalar, bem como os encargos relacionados com a sua instalação, de acordo com informações prestadas sobre o assunto pela MOBI.E S.A., serão da responsabilidade da empresa EFACEC. -----

Como já antes se referiu, o Largo do Terreiro da Cavalaria será objeto de requalificação, encontrando-se os respetivos projetos a serem elaborados pelos serviços técnicos desta Divisão. Neste contexto, informa-se que os referidos projetos deverão contemplar todos os trabalhos e negativos necessários à instalação do equipamento, particularidade que nos leva a não ter nada a objetar ao solicitado.

4 - Que o Município garanta, até à entrada na fase de mercado, a cobertura do risco de responsabilidade civil, através de um seguro de responsabilidade civil adequado.-----

• Relativamente a esta matéria, considera-se a mesma, na presente data, extemporânea, pois, como já referido, prevendo-se o início das obras de requalificação do Terreiro da Cavalaria em novembro deste ano e a sua conclusão em meados do próximo ano, parece-nos lógico que, nessa altura, de acordo com a previsão da MOBI.E, S.A., o posto de abastecimento em questão já esteja concessionado, ficando assim tal incumbência a cargo do concessionário.-----

5 - Que o Município assuma o compromisso de implementar iniciativas de discriminação positiva da mobilidade elétrica, citando como exemplo a isenção nas tarifas de estacionamento em áreas de acesso público e

a aquisição, quer pela Câmara Municipal, quer pelas Juntas de Freguesias do Concelho, de viaturas elétricas.-----

• *Sobre esta matéria, reitera-se que a mesma, dado o seu carácter eminentemente político, extrapola o âmbito das competências técnicas desta Divisão.*-----

III - Proposta-----

Atendendo que no capítulo anterior foram redigidas as condições sugeridas pela MOBI.E S.A., para a instalação um posto de carregamento normal para veículos elétricos em Chaves, abastecido pela rede pública de eletricidade, bem como enunciadas, a *itálico*, as implicações que das mesmas advêm para o Município, propõe-se que tal assunto seja colocado á consideração do Executivo Municipal, no sentido deste se manifestar sobre: -----

• A sua concordância, ou não, com o conteúdo da presente informação.-----

• A garantia, após a concessão do posto de abastecimento em causa, por um período mínimo de 5 anos e a título gratuito, da emissão da licença de utilização do domínio público, que inclua os equipamentos e dois lugares de estacionamento destinados exclusivamente aos veículos elétricos em carga.-----

• A acessão do compromisso de implementar iniciativas de discriminação positiva da mobilidade elétrica, tendo com referência, mas não só, a isenção nas tarifas de estacionamento em áreas de acesso público e a aquisição, quer pela Câmara Municipal, quer pelas Juntas de Freguesias do Concelho, de viaturas elétricas.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 23.08.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Tendo em conta a natureza da matéria em causa e o seu enquadramento nas competências materiais da Câmara, previstas nas alíneas ee), qq) e rr), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como a subdelegação de competências, em matéria de transportes, de administração do domínio público municipal e de estacionamento de veículos nas vias públicas, praticadas por deliberação tomada em reunião do Órgão Executivo Municipal, realizada em 27/10/2017. Na sequência da proposta n.º 2/GAP/2017, propõe-se ao Sr. Diretor do Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, que profira despacho no sentido de submeter a presente proposta ao Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, para adoção da estratégia procedimental preconizada no seu ponto III.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.31-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.03. -----

À reunião de Câmara. -----

O Presente assunto foi retirado da ordem de trabalhos, por iniciativa do Presidente da Câmara, tendo em vista a necessária ponderação política das soluções vertidas na proposta técnica elaborada, sobre a matéria, pelos serviços municipais competentes. -----

3.5. CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL PARA A INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES - PROCESSO N.º 794/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - RUA DO CALVÁRIO, FREGUESIA DE CALVÃO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 16.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral, com o n.º 2213/16, em 05-12-2016, a MEO, S.A, solicita a autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por " CALVÃO - 13 TM005", nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18/1, no prédio urbano, inscrito na matriz predial da anteriormente designada freguesia de Calvão sob o artigo 833º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 13/19861014.-----

1.2-Sob o requerimento registado com o n.º 1247/17, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

-Elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10º do RJUE para acompanhar termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, Nuno Miguel Trabulo Basílio.-----

-Calendarização das obras.-----

-Novo CD, georeferenciado.-----

-Caderneta predial do prédio urbano inscrito na união das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia sob o artigo 833º.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20/7 e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18/1.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Fotocópia de Procuração⁸ de Armando Pereira, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A, através da qual constitui vários procuradores da sociedade sua representada, nomeadamente o Engº Paulo Jorge Cardoso de Sá Morais, ao qual confere os poderes necessários para, representar a Mandante, outorgando e assinando contratos respeitantes a pedidos de fornecimento de energia eléctrica para a instalação e funcionamento de infraestruturas de telecomunicações, bem como para representar a Mandante junto das Câmaras Municipais, tendo em vista tratar de quaisquer assunto relacionado com a instalação de infraestruturas de telecomunicações.-----

-Identificação da MEO, S.A.-----

-Identificação do título emitido pela ANACOM - Licença da Rede Pública de radiocomunicações, serviço móvel terrestre, n.º 2/2012, emitida em 09-03-2012.-----

-Memória Descritiva.-----

⁸ Certificada com a original.-----

-Estudo de Estabilidade.-----

-Termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, Nuno Miguel Trabulo Basílio, para efeito do disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, relativa à instalação de uma Estação de Rádio Outdoor, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 203425010. -----

-Termo de responsabilidade do engenheiro civil, Bruno Miguel Campino Gomes, para efeito do disposto no artigo 14º da Lei nº 31/2009, de 3/7 e Lei nº 40/2015, de 1/6, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 0084 07119310 e do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE. -----

-Termo de responsabilidade do Engenheiro Eletrotécnico, João Paulo Avó Fole, para efeito do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução dos trabalhos a nível de instalações eléctricas relativos à instalação das Infraestruturas de Suporte da Estação de Radiocomunicações pertencente à MEO, S.A, sita na rua do Calvário, 5400 - 608 Calvão, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros, da fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 0084 07119310;-----

-Declaração de Conformidade da MEO, S.A, certificando que a instalação referente à estação de radiocomunicações CALVÃO - 13 TM005, descrita nos planos em anexo, foi projetada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de radiações aplicáveis, de acordo com o disposto na Portaria nº 1421/2004, de 23/11.-----

-Certidão da Conservatória do Registo Predial do prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Calvão sob o artigo 833º e descrito na CRPC com o nº 13/19861014.-----

-Planta de Localização à escala 1/25 000;-----

-Planta de Localização à escala 1/500;-----

-Planta da Estação MEO à escala 1/100;-----

-Alçado Frontal da Estação MEO, à escala 1/100;-----

-CD.-----

-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1247/17.-----

4-PARECERES INTERNOS-----

No presente processo registado com o nº 794/16, constam os seguintes pareceres favoráveis, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 82/DPM/2017, do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projeto e de Mobilidade, emitida em 21-06-2017.-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº39/SPMOT/2017 da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, a exercer funções no Sector de Planos Municipais de Ordenamento do Território desta unidade orgânica, emitida em 26-06-2017.-----

5-PARECER-----

5.1-Pretende a requerente autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por 3TM005 - Calvão, a instalar, no prédio urbano, sito na rua do Calvário, em Calvão, inscrito na matriz predial urbana da união das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia sob o artigo 833º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 13/19861014, no concelho de Chaves, -----

5.2-No processo registado com o nº 794/16, consta a certidão da conservatória do registo predial do prédio urbano, referido no anterior parágrafo, no qual a interessada pretende instalar a infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios.-----

5.3-A estação base de telecomunicações, ocupa uma área aproximada de 8,00 m2, no prédio urbano supra referido, sendo a estrutura para a instalação de antenas, um poste de betão armado da Cavan, com a altura livre de 12 m.-----

6-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

A taxa administrativa prevista na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de **€ 3 102,15 (três mil cento e dois euros e quinze cêntimos)**, conforme discriminado no Quadro I que se anexa à presente informação técnica.-----

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando os elementos instrutórios apresentados, no capítulo 3 da presente informação técnica, sob os requerimentos nº 2213/16 e nº 1247/17;-----

Considerando os pareceres favoráveis vertidos na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 399/SPMOT/2017 da Sr^a Arqt^a Ana Isabel Augusto, e na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 82/DPM/2017, do Sr^o Eng^o eletrotécnico Nuno Bento, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais;-----

Considerando que o pedido em causa não contraria restrições previstas no Plano Diretor Municipal, medidas preventivas, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----

Considerando ainda que, não se vislumbram razões objectivase fundamentadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem rural que impeçam o deferimento da presente pretensão.-----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de autorização para a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por "Calvão 3TM005", solicitado sob os requerimentos nº 2213/16 e nº 1247/17, nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, uma vez que não se verificam as razões de indeferimento expressas nas alíneas a), b) e c) do artigo 7º daquele dispositivo legal.-----

8.2-Depois o pagamento das taxas devidas, propõe-se que seja emitido o respectivo alvará de autorização nos termos do disposto no nº 3 do artigo 74º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

8.3-Notifique-se a requerente da presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----

Dados Gerais:-----

-Área da instalação de Infraestruturas de suporte da estação base de telecomunicações existente, designada por "Calvão - 3TM005".-----

Quadro I -TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DE ALVARÁ

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo I	LICENCIAMENTO E ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção V	ATIVIDADES DIVERSAS			
Artigo 5.º	Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios			
nº 1	Apreciação dos pedidos de aprovação dos projectos de instalação de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações, por unidade	1	54,00 €	54,00 €
nº 2	Autorização de instalação de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações, por un, até 5 metros de altura		1 080,75 €	1 080,75 €
nº 3	Por cada metro linear superior a 5 metros, acresce ao valor anterior	7	270,10 €	1 890,70 €
Subsecção IV	Emissão de Título			
Artigo 66º	Licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			
nº 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)		64,85 €	64,85 €
nº 16	Prazo de execução da obra, por cada mês, ou fração	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			3 102,15 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 31.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. ALTERAÇÃO DO TRAÇADO DA CONDUTA DUPLA DE GEOTERMIA, A CONSTRUIR EM ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 434/15 - GRANDE HOTEL CASINO DE CHAVES - RUA 25 DE ABRIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DOS ENG.ºS CONCEIÇÃO REI E RUI NOGUEIRO DATADA DE 22.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado na Divisão de Gestão e Ordenamento do Território com o nº 1327/18, em 26-06-2018, a sociedade anónima, GRANDE HOTEL DE CHAVES - SERVIÇOS HOTELEIROS, S.A, estando a levar a efeito uma obra de reconstrução e remodelação de um imóvel, destinado a Empreendimento Turístico, tipo Estabelecimento Hoteleiro (Hotel), sito na rua 25 de abril e pretendendo abastecer o seu imóvel, com água quente, solicita a alteração à licença para a ocupação de espaço de domínio público, para a instalação de conduta dupla (ida e retorno), tipo ecoflex, incluindo a reposição de pavimentos existentes, cujo traçado final prevê 2 x 141,00 ml em galeria e 2 x 358,00ml, em vala, desde a atual Central Geotérmica, junto do Balneário Termal, até ao Grande Hotel.-----

1.2-Sob o requerimento registado com o n° 1343/18, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

-Termos de responsabilidade do autor do projecto e direcção técnica da obra, do Eng° Civil António José Afonso Durão Branco, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

-Calendarização;-----

-Medições e Orçamento;-----

-Planta de Localização à escala 1/1000;-----

-Pormenores da Vala;-----

-Pormenores da Caixa de Visita;-----

-Elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do Regime Jurídico da urbanização e da edificação.-----

-CD.-----

1.3-No dia 26-06-2018, no âmbito do atendimento ao público, a interessada apresenta a Memória Descritiva da presente operação urbanística. -----

2-ANTECEDENTES-----

Deferimento do pedido de ocupação de Espaço de Domínio Público, solicitado sob o requerimento n° 993/18, em reunião do Executivo de 01-06-2018, sob proposta da INFORMAÇÃO N° 786/SCOU/2018.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção da conduta de água quente pretendida, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n° 2 do artigo 4°, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n° 1 e n° 2 do artigo 3° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados no artigo 4° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

5-PARECERES INTERNOS E EXTERNOS-----

5.1-No processo consta o parecer interno, favorável e condicionado, emitido pelo Diretor Técnico da Concessão HM-9 Caldas de Chaves, em 05 de julho de 2018, a saber:-----

a) O Diretor Técnico de Exploração da concessão hidromineral e geotérmica HM-9Caldas de Chaves deverá ser autorizado a visitar o local e acompanhar as obras desde o seu início; esta autorização deve incluir a vistoria às caves do edifício do Grande Hotel de Chaves para averiguar do poço e "furos selados" existentes, cuja existência e/ou mau uso podem fazer perigar o recurso hidromineral, deve também ser controlado o ph, condutividade e temperatura da água, se o nível piezométrico for interceptado, e colhida uma amostra de água para realização de análise físico-química do tipo resumido;-----

b) Todos os trabalhos que venham a ser realizados não poderão recorrer ao uso de explosivos, técnicas ou produtos que alterem as características hidrodinâmicas ou físico-químicas do aquífero hidromineral.-----

c) Deverá garantir-se que é feita a adequada gestão de todos os resíduos gerados em obra designadamente respeitando o Decreto-Lei 46/2008, de 12 de Março e o Dec-Lei 73/2011 de 17 de Junho.-----

d) Não poderão ser realizadas reparações e tarefas de manutenção de qualquer máquina ou equipamento susceptível de mobilizar produtos ou materiais contaminantes no local da obra, devendo essas acções ser

realizadas em oficinas próprias que tenham implementado um sistema de gestão de resíduos que cumpra a legislação vigente.”-----

5.2-Da consulta à Direção Geral de Energia e Geologia Avenida, realizada através do n/ ofício com a referência 279/DGOT/2018, de acordo com o disposto no n° 1 e 3 da artigo 13° -A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aquela entidade pronunciou-se através do ofício com a referência DSRHG-HM009, de 31-07-2018, trazido a processo através do requerimento n° 1650/18, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

5.3-No presente processo, registado com o n° 434/15, já consta o *plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que tutela o património (Direção Geral do Património Cultural)*, apresentado sob o requerimento n° 1740/16.-----

6-PARECER-----

6.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a instalação da conduta dupla (ida e retorno), tipo ecoflex, incluindo a reposição de pavimentos existentes, desde a atual Central Geotérmica, junto do Balneário Termal até ao Grande Hotel, situado na rua 25 de abril, na cidade de Chaves.-----

6.2-A conduta possui a extensão de 2 x 141,00 ml, em galeria e 2 x 358,00 ml, em vala, cujos traçados se encontram representados na peça desenhada à escala 1/1000 (Des N° RAc01), apresentada sob o requerimento n° 1327/18.-----

6.3-A peça gráfica referida no anterior parágrafo bem com o parecer da Direção Geral de Energia e Geologia e do Diretor Técnico da Concessão HM-9 Caldas de Chaves **devem ser partes integrantes do alvará de ocupação do domínio público**, a ser emitido nos termos do disposto no artigo 7° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

6.4-A presente operação urbanística preve revolvimento do solo, constando no processo o *plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que tutela o património (Direção Geral do Património Cultural)*.-----

6.5-Foi prestada a caução, mediante depósito em numerário no valor de € 104 436,11 (cento e quatro mil quatrocentos e trinta e seis euros e onze cêntimos), conforme documento de Receita N° DRG 00/137, emitido a 05-06-2018.-----

6.6-Pese embora o prazo efectivamente necessário para a realização dos trabalhos seja de 20 dias, conforme proposto pela requerente, **o prazo concedido no alvará será de 30 dias**, para a requerente poder programar os mesmos e comunicar a esta autarquia o seu início. -----

6.7-O pedido de ocupação de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- Prazo para conclusão das obras - 30 dias;-----
- Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 80°-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;-----
- O empreiteiro deverá proceder à sinalização dos trabalhos/locais onde se encontra a decorrer a intervenção, de acordo com o artigo 24° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal; -----

6.8-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

7-TAXA ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

As taxas administrativas previstas na Secção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais), ascendem ao montante de € 89,70 (oitenta e nove euros e setenta cêntimos).----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo aa liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação da conduta, tipo ecoflex, incluindo a reposição de pavimentos existentes, desde a atual Central Geotérmica, junto do Balneário Termal até ao Grande Hotel, situado na rua 25 de abril, na cidade de Chaves, nas condições mencionadas no item 6.7 da presente informação técnica.-----

8.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas.

8.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

8.3.1-Envio de um exemplar do processo nº 434/15 (elementos apresentados sob os requerimentos nº 1327, 1343/18, 1650/18 e 1740/18 à Divisão de Obras Públicas (DOP), para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;

8.4-**Após a emissão⁹ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer à Divisão de Oras Públicas, tal ocorrência para efeito de fiscalização.-----

8.5-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

8.6-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Cálculo das Taxas administrativas:-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da Conduta de Água Quente - (998,00 -962,30) ml-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Infraestrutura de conduta de geotermia.-----

QUADRO I

⁹ Artigo 80º - Início dos trabalhos-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	OCUPAÇÃO DO Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	35,70	1 €	35,70 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
	TOTAL			89,70 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.23. -----
Visto. Concorde. À consideração superior. -----
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 24.08.2018.-----
À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO, COMÉRCIO E/OU SERVIÇOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 300/18 - ABEL DE SOUSA DIAS - RUA DO ADRO, SANJURGE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 16.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 847/18, referente ao processo n.º 300/18, o Sr.º Abel de Sousa Dias, na qualidade de proprietário, solicita, um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹⁰ de um edifício de habitação, comércio e/ou serviços, situado na rua do Adro - Sanjurge, União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Caderneta Predial Urbana apresentada, o prédio urbano tem a área total 130,40 m², está inscrito na matriz com o n.º 207, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Processo n.º 349/11, relativo a pedido de licença para obras de alteração e ampliação de um imóvel destinado a habitação e comércio, caducado, por deliberação de câmara datada de 29 de Janeiro de 2015.-

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

¹⁰ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Caderneta Predial Urbana;-----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10000;-----
- Planta de consulta à escala 1:5.000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Ficha de medição;-----
- Fotografias;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 100;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenhos de alteração;-----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades;--
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de estabilidade; -----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto acústico;-----
- Fatura da luz;-----
- Fatura da água;-----
- Pedido de isenção de projeto de gás;-----
- Declaração de isenção da demonstração do cumprimento de requisitos regulamentares e certificação energética;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção de um edifício de habitação, comércio e/ou serviços.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, a parcela de terreno está inserida em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de um edifício de habitação, comércio e/ou serviços, de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 118,57 m². -----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os termos de responsabilidade do projeto de estabilidade, águas pluviais, acústico, águas e esgotos, ficha de segurança contra incêndio e isenção do projeto térmico. No que diz respeito à luz é apresentada fatura.-----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-06-21, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"54/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de pedido de legalização das obras de construção.---

5.5- A edificação situa-se no núcleo do aglomerado de Sanjurge, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a intervenção se integra no meio em que se insere, onde a moda da cércea na frente urbana em que se insere é de r/chão e andar.-----

5.6- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7-A edificação destina-se habitação e comércio, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 4, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 80,41 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 312,35 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 392,76 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1 - Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na construção de um edifício de "habitação, comércio e/ou serviços", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.

8.2- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando, que o uso pretendido, para habitação e comércio/serviços, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção do edifício de habitação, comércio e/ou serviços, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - com aumento de área de 57,85 m²-----

QUADRO I**- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)				
QUADRO III					
		s/n	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem				
	- Semipenetração betuminosa	0	0,27	0,00	
	- Betão betuminoso	0	0,16	0,00	
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,22	0,22	
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00	
	- Betão	0	0,22	0,00	
REDE DE ÁGUA		1	0,27	0,27	
REDE DE ESGOTOS		1	0,38	0,38	
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,52	0,52	
	C - custo das obras existentes na via pública			1,39	
	A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			57,85	m²
	Ampliação de edifícios de habitação, comércio, armazéns e industriais - n.º 4 do artigo 25.º				
	T = C x A		T =	80,41	€

QUADRO II**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65€	75,65 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	86,45€	0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35€	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85€	11,85 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	1	106,00€	106,00€
Art.76,n.º 6	Vistoria		54,00€	54,00 €
	TOTAL			312,35 €

TOTAL A LIQUIDAR..... 80,41 € + 312,35 € = 392,76 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 540/03 - MARIA DA GRAÇA SANTOS DA EIRA LE MASSON - LUGAR DE AREGOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 16.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1321/17 e 1720/18, referente ao processo n.º 540/03, a Sr.ª Maria da Graça Santos da Eira Le Masson, na qualidade de proprietária, solicita, um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹¹ de uma habitação unifamiliar e da construção de anexo, localizados nos Aregos, freguesia Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico tem a área total de 1.600,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1746 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 3249/20091217, da freguesia de Santa Maria Maior. -----

2. - ANTECEDENTES-----

2.1- Através do requerimento n.º 2610/03, datado de 20 de Agosto de 2003, a Sr.ª Maria da Graça Santos da Eira Le Masson, solicitou aprovação do projeto de arquitetura, para construção de uma habitação unifamiliar e anexo. O pedido foi indeferido por despacho datado de 25 de Agosto de 2003.-----

2.2- Informação n.º 143/2003, de 17 de Novembro de 2003, do Sector de Fiscalização Municipal, relativa a construção de edifício de habitação unifamiliar, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.º 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril e artigo 13.º do RMUE, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----

- Planta de localização à escala 1:2 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Ficha de medição;-----

- Estimativa do custo total da obra;-----

- Calendarização da execução da obra;-----

¹¹ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Fotografias;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, pelo coordenador de projeto e pelos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:500;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100, contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- Pormenores construtivos;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Termo de responsabilidade de técnico autor do projeto acústico;----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Pedido de isenção de projeto de gás;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----
- Projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- ITED;-----
- Ficha Eletrotécnica;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção de um edifício de habitação unifamiliar.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio rústico está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.---

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar e construção de um anexo de apoio. A habitação encontra-se com a estrutura e paredes exteriores executadas e laje de teto parcialmente betonada, obras levadas a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, propondo agora, com o projeto apresentado a sua legalização e conclusão dos trabalhos.-----

5.2- A proposta apresentada, prevê a legalização de uma habitação unifamiliar de r/chão, com a área bruta de construção de 195,40 m².

Prevê-se ainda a construção de um anexo de apoio à habitação com a área bruta de 73,60 m².-----

5.3 - O edifício principal e secundário preconizam uma área bruta de construção de 269,00 m², implica um índice de construção (Ic) de 0,17 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 269,00 m²/1.600,00 m²=0,17 m²/m². -----

5.4- A edificação principal destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

5.5- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 1 lugar de estacionamento automóvel, o qual, é igual ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar.-----

5.6- A habitação unifamiliar com a área bruta de construção de 126,61 m², que se pretende legalizar e concluir, não consubstancia, a dispensa de apresentação dos elementos/documentos técnicos previstos no RJUE e na Portaria 113/2015, de 22 de Abril, enquadrando-se o pedido de legalização no n.º 12 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ficando deste modo dispensado da vistoria prévia prevista para os procedimentos de legalização de operações urbanísticas.-----

5.7 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE;-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 175,90 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 435,70 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 611,60 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foram levadas a efeito, obras sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, tratar-se de uma operação urbanística, em que não é possível, definir uma moda da cerca ou um alinhamento, a

edificabilidade é condicionada pelo índice de construção do solo (ic), cêrcea e número de pisos. Neste sentido, pode -se concluir que o projeto em apreciação, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a1) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de contemplar, um índice de construção de 0,17 m²/m², uma cêrcea de 5,50 metros e um número de pisos de 1.-----

8.3- Considerando, que a operação urbanística apresentada, promove a qualificação do tecido urbano, pelo facto de propor a conclusão de um edifício inacabado.-----

8.4- Considerando, que há necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no "habitação unifamiliar", que se prendem com a execução dos trabalhos propostos no projeto em apreciação e que visam concluir a edificação.-----

8.5- Considerando que é apresentada uma calendarização de trabalhos por 24 meses, necessária para levar a efeito obras de correção, designadamente, as obras necessárias á conclusão da habitação unifamiliar.-----

8.6- Considerando, que são apresentados todos os elementos/documentos técnicos previstos no RJUE e na Portaria 113/2015, de 22 de Abril, enquadrando-se o pedido de legalização no n.º 12 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ficando deste modo dispensada a vistoria prévia prevista para os procedimentos de legalização de operações urbanísticas.-----

8.7-Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere deferir a legalização das obras de construção de uma "habitação unifamiliar", e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá a interessada, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

Pré-certificado SCE, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 118/2013 de 20 de Agosto; -----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

Áreas (m²) -----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 1	195,40				195,40
Anexo			73,60		73,60
TOTAL	195,40	0,00	73,60	0,00	269,00

Cércea - 5,50 ml

Volume - 1.479,50 m³

QUADRO I

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem						
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	5,5		19,33	106,32	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	Passeios						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		0	/	34,12		0,00	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					127,93	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					5,5	
	Moradia unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25					T =	175,90	€

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			

n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	24	11,85 €	284,40 €
	TOTAL			435,70 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 175,90 € + 435,70 € = 611,60 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2005, PEDIDO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - PROCESSO N.º 4/10 - NUNO OLIVEIRA DA SILVA - QUINTA DAS MIMOSAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 21.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado com o n.º 663/18, o Dr.º Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, na qualidade de Administrador da Insolvência da firma HACOP- - Imobiliária, Lda, vem ao processo registado com o n.º 4/10, esclarecer que no âmbito do processo de insolvência da "Hacop Imobiliária, Lda", foi deliberado o seu encerramento e liquidação, pelo que nem a sociedade insolvente nem a massa insolvente poderão ou irão concluir quaisquer trabalhos que possam estar em falta. -----

2-ANTECEDENTES-----

Em reunião de câmara de 08 de março do corrente ano, com base nas propostas expressas na INFORMAÇÃO N.º 254/SCOU/2018, foram tomadas pelo Executivo as seguintes resoluções:-----

2.1-Indeferir o pedido de receção definitiva das obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/05, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, em virtude de as mesmas se encontrarem em mau estado de execução, com indícios de ruína e falta de solidez.-----

2.2-De acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1, foi dado ao interessado o prazo de 10 dias para, em audiência prévia virem a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

2.3-Dar um prazo de 60 dias ao, Dr.º Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, para proceder à rectificação dos trabalhos, orçados no montante de € 6 177,68 (seis mil cento e setenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) - com IVA incluído, referentes à pavimentação do arruamento,

correção do remate das tampas das caixas de visita executadas e Sinalização Horizontal, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 396.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01.-----

2.4-Caso o Administrador da Insolvência da firma HACOP- Imobiliária, Lda, não procedesse à correção das referidas obras de urbanização, no prazo para o efeito fixado, a câmara executar as referidas correções às obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/05, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 87.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. -----

3-PARECER-----

3.1-Através do n.º ofício com a referência 112/DGOT/2018, Dr.º Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, foi conhecedor das resoluções tomadas pelo executivo em reunião de câmara de 08/03/2018.-----

3.2-De facto, durante o período de Audiência dos interessados, concedido ao Administrador da Insolvência da firma HACOP- Imobiliária, Lda, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, o mesmo não esgrimiou quaisquer argumentos na tentativa de contrariar o sentido de deliberação - "Indeferir o pedido de receção definitiva das obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/05" -----

3-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9 e no Código de Procedimento Administrativo, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

3.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de receção definitiva das obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/05, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, em virtude de as mesmas se encontrarem em mau estado de execução, com indícios de ruína e falta de solidez.-----

3.2-De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 87.º do regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Câmara Municipal proceder em conformidade com o disposto no artigo 84.º do referido diploma legal.-

3.3-Remeter o presente processo administrativo à Divisão de Obras Públicas, a fim de serem iniciados os procedimentos tendentes à promoção da correção das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/05, nos termos do disposto no artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua versão final.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 29.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE PARA UMA ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES - PROCESSO N.º 778/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - ESTRADA DO CRUZEIRO, FREGUESIA DE

NOGUEIRA DA MONTANHA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 16.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral, com o nº 2164/16, em 25-11-2016, a MEO, S.A, solicita a autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por " NOGUEIRA DA MONTANHA - 16 TM006", nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, no prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Nogueira da Montanha sob o artigo 5225º, propriedade da ora requerente.-----

1.2-Sob o requerimento registado com o nº 1343/17, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

-Escritura de compra e venda, através da qual a sociedade anónima PT Comunicações, S.A, adquiriu ao Srº Joaquim Lopes Carneiro, o prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Nogueira da Montanha sob o artigo 5225º.-----

-Caderneta predial do prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Nogueira da Montanha sob o artigo 5225º-----

-Modelo 1 do CIMI, em como foi participado o imóvel existente - Central da PT, no prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Nogueira da Montanha sob o artigo 5225º, tendo dado origem ao prédio urbano, inscrito na matriz predial daquela freguesia sob o artigo P1072.-----

-Elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE para acompanhar termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, Nuno Miguel Trábulo Basílio.-----

-Calendarização das obras.-----

-CD, não georeferenciado.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

- Fotocópia de Procuração¹² de Armando Pereira, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A, através da qual constitui vários procuradores da sociedade sua representada, nomeadamente o Engº Paulo Jorge Cardoso de Sá Morais, ao qual confere os poderes necessários para, representar a Mandante, outorgando e assinando contratos respeitantes a pedidos de fornecimento de energia eléctrica para a instalação e funcionamento de infraestruturas de telecomunicações, bem como para representar a Mandante junto das Câmaras Municipais, tendo em vista tratar de quaisquer assunto relacionado com a instalação de infraestruturas de telecomunicações.-----

¹² Certificada com a original.-----

-Identificação da MEO, S.A;-----
 -Identificação do título emitido pela ANACOM - Licença da Rede Pública de radiocomunicações, serviço móvel terrestre, nº 2/2012, emitida em 09-03-2012;-----
 -Memória Descritiva;-----
 -Estudo de Estabilidade;-----
 -Termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, Nuno Miguel Trábulo Basílio, para efeito do disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, a obra de execução, relativa à instalação das infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 203425010. -----
 -Termo de responsabilidade do engenheiro civil, Bruno Miguel Campino Gomes, para efeito do disposto no artigo 14 da Lei nº 31/2009, de 3/7 e Lei nº 40/2015, de 1/6, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 0084 07119310 e do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJU. -----
 -Termo de responsabilidade do Engenheiro Eletrotécnico, para efeito do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução da instalação das Infraestruturas de Suporte da Estação de Radiocomunicações pertencente à Vodafone, S.A, denominada por " Ana Travancas", quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros, da fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 0084 07119310;-----
 -Declaração de Conformidade, atestando que a estação NOGUEIRA DA MONTANHA - 16TM006, descrita nos planos em anexo, foi projetada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de radiações aplicáveis, de acordo com o disposto na Portaria nº 1421/2004, de 23/11.-----
 -Caderneta predial do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Nogueira da Montanha sob o artigo 5225º;-----
 -Planta de Localização à escala 1/25 000;-----
 -Planta de Localização à escala 1/500;-----
 -Planta da Estação MEO à escala 1/100;-----
 -Alçado Frontal da Estação MEO, à escala 1/100;-----
 -CD.-----
 -Elementos apresentados sob o requerimento nº 1343/17.-----

4-PARECERES INTERNOS-----

No presente processo registado com o nº 778/16, constam os seguintes pareceres favoráveis, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 81/DPM/2017, do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projeto e de Mobilidade, emitida em 21-06-2017.-----
 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº38/SPMOT/2017 da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, a exercer funções no Sector de Planos Municipais de Ordenamento do Território desta unidade orgânica, emitida em 26-06-2017.-----

5-PARECER-----

5.1-Pretende a requerente autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por "NOGUEIRA DA MONTANHA - 16TM006", a instalar, no prédio urbano, sito na Estrada do Cruzeiro,

Nogueira da Montanha, inscrito na matriz predial da freguesia de Nogueira da Montanha sob o artigo P1072º, no concelho de Chaves.-----
 5.2-Ainda não consta no processo, registado com o nº 778/16, CD com os elementos instrutórios apresentados de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 13º do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, na 2ª Série - Nº 207 em 22-10-201, **nomeadamente, a Planta de Implantação com os níveis de informação correctos e com a georreferenciação ao Datum ETRS 89.**-----

6-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando os elementos instrutórios apresentados, no capítulo 3 da presente informação técnica, sob os requerimentos nº 2164/16 e nº1346/17-----

Considerando os pareceres favoráveis vertidos na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº38/SPMOT/2018da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, e na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 81/DPM/201, do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais;-----

Considerando que no processo registado com o nº 778/16, ainda não consta CD, com os elementos instrutórios apresentados de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 13º do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, na 2ª Série - Nº 207 em 22-10-201, **nomeadamente, a Planta de Implantação com os níveis de informação correctos e com a georreferenciação ao Datum ETRS 89.**-----

Considerando que o pedido em causa não contraria restrições previstas no Plano Diretor Municipal, medidas preventivas, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----

Considerando ainda que, não se vislumbram razões objectivas e fundamentadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem rural que impeçam o deferimento da presente pretensão.-----

7-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

7.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de indeferir o pedido de autorização para a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada, por "NOGUEIRA DA MONTANHA - 16TM006" solicitado sob os requerimentos nº 2164/16 e nº 1343/17, em virtude de o CD não se encontrar georeferenciado, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 13º do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, na 2ª Série - Nº 207 em 22-10-201-----

7.2-De acordo com o disposto nos artigos 121^{o13} e 122^{o14} do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1, deve ser dada à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 122º do CPA.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 30.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. OBRAS DE URBANIZAÇÃO A SEREM TITULADAS PELO 3º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2003, PEDIDO DE APROVAÇÃO - PROCESSO N.º 18/97 - ANTEROS COMERCIAL, S.A. - QUINTA DA ESTAÇÃO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.º CONCEIÇÃO REI DATADA DE 03.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-No seguimento da aprovação do 3º pedido de alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento n.º 1/2003, através do requerimento registado com o n.º 1404/18, a sociedade anónima, **Anteros Comercial, S.A**, apresentou os elementos instrutórios, a seguir mencionados,

¹³ **Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia**-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

¹⁴ **Artigo 122º - Notificação para a audiência**-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

referentes às obras de urbanização, necessárias à implementação da alteração à divisão fundiária agora aprovada.-----

-Projeto de Terraplanagens Gerais, Pavimentação e Drenagem de Águas Pluviais;-----

-Fundações e Estruturas;-----

-Projeto de Infraestruturas Elétricas;-----

-Valorização Paisagística;-----

1.2-Mediante o requerimento registado com o nº 1475/18, a promotora apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração da dispensa do projecto de Telecomunicações;-----

-Rede de Tubagem (ligação aos operadores de Telecomunicações);-----

-Declaração da dispensa do projecto de Telecomunicações;-----

-Rede de Tubagem (ligação aos operadores de Telecomunicações).-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 1730/18, a promotora vem a processo, apresentar os seguintes elementos:-----

-Calendarização das obras de urbanização;-----

-Planta com a implantação dos muros projectados no domínio público municipal á escala 1/500;-----

-Novo termo de responsabilidade do engenheiro civil, Eugénio Paulo da Cruz Maia, para efeito do disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, relativo ao projecto de Estruturas, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão, da apólice de seguro nº RC79255944, emitida pela Companhia de Seguros Fidelidade, S.A e do do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE.-----

-Novo termo de responsabilidade do engenheiro electrotécnico, para efeito do disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, relativo ao projecto de Infraestruturas Elétricas, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da apólice de seguro nº 0084 07119310 e do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE. -----

-Novo termo de responsabilidade da arquitecta paisagística Joana da Costa Lopes de Castro, para efeito do no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, relativo ao projecto de Arquitetura Paisagista, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

-Projeto de Condicionamento¹⁵ Acústico, relativo a obra de construção de um edifício destinado a comércio e serviços, a construir no novo lote nº 6, o qual vai ser criado pelo 3º aditamento ao alvará nº 1/03.

-Mapas de Medições e Orçamento das obras de urbanização a serem tituladas pelo 3º aditamento ao alvará de loteamento nº 1/2003.-----

2-ANTECEDENTES -----

2.1-Em reunião de câmara de 14-10-2016, sob proposta da INFORMAÇÃO Nº 1040/SCOU/2016, o Executivo deliberou, por unanimidade entre outras resoluções, receber definitivamente as obras de urbanização inerentes à rede de Abastecimento de Água, redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Resíduos Sólidos, Sinalização Horizontal e Vertical, Telecomunicações e Valorização Paisagística, tituladas pelo alvará de loteamento nº 1/2003, nos termos do disposto no nº 1 do

¹⁵ Elemento instrutório necessário aquando da comunicação/licenciamento das obras de edificação do edifício, destinado a Comércio/Serviços a construir no lote nº 6, o qual deve ser apresentado num outro processo. -----

artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações.-----

2.2-A caução residual constante no processo administrativo, registado com o nº 18/97, é a garantia bancária Nº 36230488000411, no valor de € 50 648,88 (cinquenta mil seiscentos e quarenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos).-----

2.3-Em reunião camarária de 01-06-2018, sob proposta da INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 808/SCOU/2016, foi deferido o 3º pedido¹⁶ de alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará nº 1/2003, em nome de **Anteros Comercial, S.A.**, situado no lugar dos Fortes, nos termos do disposto no artigo 27º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, sob a condição de ser compensado o Município de Chaves no valor de **€ 35 788,05 (trinta e cinco mil setecentos e oitenta e oito euros e cinco cêntimos)**, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio público para equipamentos, conforme previsto nos artigos 43º e 44º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação .-----

2.4-As alterações à licença titulada pelo alvará nº 1/2003, e pelo 1º e 2º aditamento, consistem na reconfiguração¹⁷ pontual dos passeios e do "Impasse 3" e no âmbito das especificações a que se refere o artigo 77º do RJUE, na junção do lote nº 10 e da parcela sobrance ao lote nº 6, o qual passa a ter novos parâmetros urbanísticos.-----

3-ENQUADRAMENTO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA NO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO-----

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9 (RJUE), as obras de urbanização em área abrangida por operação de loteamento, estão sujeitas a comunicação prévia.-----

No entanto a firma, Anteros Comercial, S.A, usou a faculdade estabelecida no nº 6 do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tendo solicitado o licenciamento, sob o requerimento nº 1404/18, para as obras de urbanização, necessárias à implementação da nova divisão fundiária aprovada, a qual vai ser titulada pelo 3º aditamento ao alvará de loteamento nº 1/2003.-----

4-PARECER-----

Face aos elementos trazidos a processo pela interessada e sem prejuízo da responsabilidade dos projectistas no que concerne ao conteúdo técnico dos projectos de execução inerentes às obras de urbanização em causa, sobre os mesmos emite-se o seguinte parecer:-----

4.1-Projeto de Valorização Paisagística-----

4.1-O projeto de Valorização Paisagística, apresentado sob o requerimento nº 1404/18, já foi objeto do competente parecer da Srª Engª Salomé Carneiro, a exercer funções na Divisão de Recursos Operacionais, o qual se reproduz na presente informação técnica, para todos os efeitos legais:-----

"Verifica-se conformidade em todos os elementos apresentados e adicionados ao respetivo projecto;-----

Relativamente ao sistema de rega automatizada a instalar, apela-se para o pormenor de que o Programador Electrónico de 1 Estação a instalar (a pilhas de 9 V), deverá corresponder ao modelo Recetor de Comando EBOS II 1 Estação da RAINBIRG, regulável através do comando

¹⁶ Solicitado sob o requerimento registado com o nº 58/18, em 5 de janeiro de 2018.-----

¹⁷ Plasmada na Planta de Alterações apresentadas-----

TBOS II (este existente no Município para todos os sistemas de rega a controlar)" - **primeira condição de licenciamento.**-----

4.2-Projeto de Arruamentos e Muros de Suporte-----

O projeto de Arruamentos e Muros de Suporte, apresentado sob os requerimentos nº 1404/18, nº 1475/18 e nº 1730/18 já foi objeto do competente parecer da Sr^a Eng^a Fernanda Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, o qual se reproduz na presente informação técnica, para todos os efeitos legais, sendo o seu cumprimento em obra a **segunda condição de licenciamento.**-----

"3-Passeio na rotunda do Monumento -----

3.1-Este passeio encontra-se previsto na obra que se encontra em execução e que engloba os trabalhos nesta rotunda, " Lote 2 - Requalificação da Avenida Nuno Álvares (Pamus 1.4)".-----

3.2-Ficou estabelecido entre o Município e o promotor deste empreendimento que na referida empreitada não se iria executar a pavimentação do passeio, fazendo-se apenas a delimitação do mesmo com lancel de granito.-----

3.3-A pavimentação deste passeio será executada no âmbito das obras de urbanização aqui em análise-----

3.4-Este projecto contempla a execução do referido passeio, nos mesmos moldes que o previsto no projecto da obra pública em execução, respeitando-se os materiais e o modo de execução do mesmo.-----

4-Macços de suporte de abrigos para os Transportes Urbanos de Chaves

4.1-O passeio referido no ponto anterior possui dois abrigos para os utentes dos TUC. Deverá ficar garantido que após serem retirados para a execução dos trabalhos no passeio, sejam recolocados, incluindo a execução dos macços de suporte.-----

4.2-Estes elementos deverão ser executados de acordo com o seguinte texto: - Execução de base rígida de betão simples C16/20, com 20 cm de espessura final, malha sol CQ 32, com acabamento á vista perfeito, incluindo preparação e compactação do terreno natural, camada de brita com 10 cm de espessura, todos os materiais, trabalhos e meios necessários.-----

4.3-O acabamento deverá ser com o mesmo material que irá constituir o passeio - Bloco de betão amarelo.-----

4.4- Tendo em consideração o baixo valor que a execução destas bases implica o mesmo também se enquadra dentro dos pressupostos do ponto 2.2".-----

4.3-Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais-----

4.3.1-O ramal de abastecimento de água ao imóvel, a construir no novo lote nº 6, resultante da 3^a alteração à licença titulada pelo alvará de loteamento nº 1/2003, será executado no local assinalado em Planta de Implantação, constante no processo a folha nº 2351.-----

4.3.2-O coletor residual doméstico e as câmaras de visita representadas na Planta de Águas Residuais, constante no processo a folha nº 2152, a cor amarela, deverão ser eliminado (as).-----

4.3-O projecto de Drenagem de Águas Residuais Pluviais, apresentado sob o requerimento nº 1475/18, é passível de merecer parecer favorável por estes Serviços Técnicos.-----

4.4-Infra-estruturas de Electricidade -----

O projecto de infra-estruturas eléctricas já se encontra acompanhado do parecer da EDP- Distribuição (com a referência - Carta 396/18/D-DRCN, de 27-07-2018 e Condições Técnicas e Administrativa, constantes no processo a folha nº 2554 à nº 2557), o qual se reproduz na presente informação técnica, para todos os efeitos legais, devendo a requerente executar a ligação da rede de tubagem de reserva de Média Tensão,

antes da execução das pavimentações **(terceira condição de licenciamento)**-----

4.5-Infra-estruturas de Telecomunicações-----

No processo consta declaração subscrita pelo engº electrotécnico, Paulo José Vieira da Silva Oliveira, a folha nº 2476, mencionando que a alteração à licença solicitada não carece de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjunto de edifícios - ITUR.-----

4.6-Outras Considerações-----

4.6.1-O montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, a serem tituladas pelo 3º aditamento ao alvará nº 1/2003, corresponderá ao valor de **€ 237 827,39 (duzentos e trinta e sete mil oitocentos e vinte e sete euros e trinta e nove cêntimos)**.-----

Este montante corresponde ao somatório das valores orçamentados dos projectos de execução, incluindo uma verba de 5%, destinada a assegurar as despesas da administração e 6% respeitante à taxa do IVA, no caso de se vir a aplicar o disposto nos artigos 84º e 85º do diploma acima referido.-----

4.6.2-A realização das obras de urbanização serão executadas no prazo de 12 meses, de acordo com o mapa de trabalhos constante no processo - folha nº 2630.-----

Às taxas administrativas calculadas na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 808/SCOU/2018, deveá ser acrescentado o valor de **€ 142,20 (cento e quarenta e dois euros e vinte cêntimos)**, resultante do produto do número de meses previstos na Calendarização pelo valor mencionado no nº 16 do artigo 66º da tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de operações urbanísticas. -----

4.6.3-No âmbito da execução das obras de urbanização, quaisquer trabalhos a mais necessários e susceptíveis de melhorar o funcionamento das infra-estruturas desta operação urbanística, serão a cargo da loteadora **(quarta condição de licenciamento)**.-----

4.6.4-Os trabalhos das diversas especialidades devem ser coordenados de forma a serem respeitadas as normas consagradas no Decreto-Lei nº 163/2006, de 8/8, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada **(quinta condição de licenciamento)**.-----

4.6.5-Tendo em linha de consideração que todas as obras de urbanização a levar a efeito nos termos dos projectos de execução apresentados pela requerente em espaços a integrar no domínio público (Percorso Pedonal e Espaços Verdes de enquadramento paisagístico, interligando a Avenida dos Aliados à Rua da Aliança) e em áreas já integradas no domínio público, tituladas pelo alvará de loteamento nº 1/2003 (Reconfiguração geométrica do cull-de-sac, situado a Sul do lote nº 6), resultam inequivocamente como consequência direta do empreendimento a concretizar no lote nº 6 agora criado, sou de entendimento que a gestão das Infraestruturas e dos Espaços Verdes previstas (os) para tais áreas, deverá ser atribuída ao novo proprietário do lote nº 6, mediante a celebração com o município de um acordo¹⁸ de cooperação a firmar oportunamente **(sexta condição de licenciamento)**, nos termos do preceituado no artigo 46º do regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, o qual deverá incidir sobre os seguintes aspectos:-----

-Limpeza e higiene;-----

¹⁸ A ser concretizado aquando da apresentação da comunicação prévia das obras de edificação a levar a efeito no lote nº 6 agora criado.--

-Conservação de Espaços Verdes criados;-----
 -Vigilância das áreas por forma a evitar a sua degradação.-----
 Para melhor se ilustrar o que antes se disse, anexa-se á presente informação uma peça desenhada com a delimitação das áreas de terreno que irão ser objeto do referido acordo de cooperação.-----

4.6.6-Concluídas as obras de urbanização, a promotora deve proceder à limpeza da área, de acordo com o regime da gestão de resíduos de construção e à reparação de quaisquer estragos ou deteriorações que tenha causado em infra-estruturas públicas, pelo exposto no nº 1 do artigo 86º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

5-RESPONSABILIDADE-----

O pedido encontra-se instruído com os termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor.-----

6-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DAS PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Considerando que o pedido se encontra instruído, genericamente, com os elementos mencionados no Anexo I da Portaria nº 113/2016, de 22/4, Considerando que a requerimento do interessado, podem ser alterados os termos e condições da licença, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do RJUE;-----

7-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

7.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo que seja praticada deliberação consubstanciada na aprovação dos projectos inerentes à realização das obras de urbanização, apresentados sob os requerimentos nº 1404/18, nº 1475/18 e nº 1730/18 nos termos do disposto no nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

7.2-Caso sobre a proposta mencionada no anterior parágrafo da presente informação técnica recaia deliberação favorável, propõe-se que a requerente seja informada/notificada, de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final, que dispõe do prazo de um ano (a contar da data comunicação da decisão favorável, que recair sobre a presente informação), para vir a esta Autarquia solicitar a emissão do 3º aditamento ao alvará de loteamento nº 1/2003, com a apresentação dos elementos a seguir mencionados:-----

- Os elementos mencionados no item 7.6 da INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 808/SCOU/2018, presente em reunião de câmara de 01-06-2018:-----
- Documento comprovativo de prestação de caução.-----
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei nº 100/97 de 13/09.-----
- Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra.-----
- Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, do título de registo na actividade ou do certificado de industrial de construção civil, a verificar no acto da entrega do alvará com a exibição do original do mesmo, contendo as autorizações adequadas para a realização das obras de urbanização.---

- Livro de obra, com menção do termo de abertura.-----
- Termo de responsabilidade do técnico legalmente habilitado a subscrever projectos que ateste que a execução das obras de urbanização se conforma com o Regulamento Geral do ruído, aprovado pelo decreto-Lei nº 9/2007, de 17/1.-----
- Apresentação pela promotora de um plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que tutela o património (Direção Geral do Património Cultural), antes ou no ato da comunicação do início dos trabalhos.-----
- Caderno de Encargos.-----
- Comprovativo, em como foi solicitado à EDP-Distribuição onde será realizado o ponto de ligação à rede de tubagem de reserva de média tensão.-----

7.3-Após a emissão do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá encetar os seguintes procedimentos:-----

- Dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas, tal ocorrência para efeito de supervisão/fiscalização.-----

7.4-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno da Divisão de Obras Públicas e do parecer externo da EDP-Distribuição. -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03.09.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito elencados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente à aprovação dos projectos de obras de urbanização reportadas nesta informação, nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 7.2, 7.3 e 7.4 deste documento.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.09.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo apresentado a seguinte declaração: -----

A razão da sua posição de abstenção, no âmbito do processo administrativo, em apreciação, prende-se com o facto do desenho urbano apresentado, pelo promotor, não ser o mais adequado para a valorização da praça e simbolismo da mesma. -----

3.12. JUNCTÃO DE ELEMENTOS - PROC 135/16 - ALAMEDA DE TRAJANO, N. 14 - SANTA MARIA MAIOR - VIRGULAS E ASTERISCOS UNIPessoal, LDA. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO DA ARQ. SOFIA COSTA GOMES. DATADA DE 16.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A empresa VIRGULAS E ASTERISCOS UNIPessoal, LDA, exploradora do "Bar 7ª Arte", veio a processo apresentar o Projeto de Correção Acústica e o Estudo de Ação sob requerimento n.º 1171/18, solicitado por informação técnica 122/DSCH/2018. -----

2. LOCALIZAÇÃO -----

O estabelecimento comercial, "Bar 7ª Arte", localiza-se na Alameda de Trajano, 14, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. ----

3. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO/PARECER -----

3.1 O Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR) abrange a exploração de estabelecimentos e organização da generalidade das atividades relativas ao comércio, serviços e restauração, tal como vem enunciado no artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro; -----

3.2 O Regime Jurídico Relativo a Ruído Ambiente consiste no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral de Ruído (RGR) e no Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente (DRA). ----

4. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

4.1 Considerando a informação/proposta n.º 35/2018, de 7 de agosto, efetuada pelo Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, em que foi solicitado com carácter de urgência uma tomada de posição escrita informação, sobre o assunto, nomeadamente, quanto aos seguintes aspetos: -----

4.1.1 Aprovação do projeto de alterações às condições de funcionamento do estabelecimento, em vista ao cumprimento do Regulamento Geral do Ruído; -----

4.1.2 Cumprimento de tal dever pelo proprietário/explorador; -----

4.1.3 Ponderação de aplicação de medida cautelar, nos termos do Regulamento do Ruído e/ou no âmbito de aplicação do D.L. n.º 10/2015;

4.2 Considerando que o estabelecimento comercial em apreço apresentou um "Relatório de Ensaios de Medição dos Níveis de Pressão Sonora: Critérios de Incomodidade" sob requerimento NIPG-10582/17 no seguimento da proposta n.º 81/GAPV/2017, que propôs a redução imediata de horário de funcionamento, no qual propunha obras para reduzir o ruído e respetiva calendarização. -----

4.3 Considerando que por proposta n.º 87/GAPV/2017 foi deliberado em Reunião de Câmara, não efetuar a redução de horário, para a empresa executar as obras propostas para redução de Ruído verificadas no "Relatório de Ensaios de Medição dos Níveis de Pressão Sonora: Critérios de Incomodidade"; -----

4.4 Considerando que foi solicitado o acompanhamento das obras propostas, pela DSCH, através de despacho de 4 de janeiro, esta divisão efetuou informação técnica n.º 74/DSCH/2018, sobre o acompanhamento das mesmas; -----

4.5 Considerando a participação continua de queixas e a solicitação elaborada pela advogada Lia Araújo em representação do queixoso Rui Pereira Cabanelas, o município solicitou a apresentação da devida certificação acústica como garantia e comprovação da compatibilidade do funcionamento do mesmo com o regulamento do ruído, em vigor, na esteira da avaliação acústica inicial e na sequência das obras de

correção, para o efeito, entretanto executadas pela empresa exploradora, para verificação das melhorias introduzidas; -----

4.5 Considerando que sob o requerimento n.º 617/18, foi apresentado relatório técnico acústico, com termo de responsabilidade e foi solicitado 30 dias de prorrogação de prazo para a apresentação do estudo de ação, o qual foi aceite por despacho de 8/05/2018, referente a informação técnica n.º 122/DSCH/2018; -----

4.7 Considerando que a empresa veio a processo apresentar relatório técnico acústico, dentro do prazo estabelecido, com termo de responsabilidade e estudo de ação, onde propõe a correção de isolamento acústico construindo o isolamento com espuma acústica dentro do interior existente, com projeção nas paredes, tetos assim como pilares, detalhado na sua memória descritiva, mais se informa que: --

4.7.1 No que se refere à calendarização, o técnico, arquiteto Marcos César Teixeira, propõe 4 meses para a execução das medidas adicionais previstas em projeto, iniciando as obras no mês de junho e terminando no mês de Outubro, mês em que prevê fechar o estabelecimento para os trabalhos mais pesados, com a seguinte divisão temporal: -----

Julho 2018 - colocação dos filtros acústicos nas instalações sanitárias; alteração da fixação das colunas de som; -----
Agosto 2018 - deslocalização da unidade de climatização e adequada fixação; -----

Setembro 2018 - correção ao paramento de vidro da fachada principal;
Outubro 2018 - início descascar de paredes e tetos para colocação de espuma acústica; colocação da espuma acústica nas paredes, pilares e tetos; revestimento da espuma acústica a painéis de madeira em sanca e chapas de gesso cartonado; correção da fixação e revestimento das condutas de ventilação; trabalhos de remate, reinstalação e limpezas; Mais se informa que estas obras e a sua calendarização foram acordadas com os vizinhos de acordo com informação do técnico autor do projeto;

4.7.2 O orçamento estimado é de 15.000,00€; -----

4.8 Considerando que as obras em referência enquadram-se na alínea b) do n.º 1 do art. 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, são obras isentas de controlo prévio, as obras propostas são de alteração de revestimento interiores, acústicos, que não implicam modificação na estrutura de estabilidade, das cêrceas, na forma das fachadas e na forma do telhado ou da cobertura. -----

4.9 Considerando que a calendarização acordada e especificada no ponto **4.7.1** não foi cumprida, no que concerne à data prevista de início dos trabalhos. As obras previstas não necessitam de aprovação municipal, poderiam ter iniciado de acordo com a respetiva calendarização, o que não se verificou; -----

4.10 Considerando a fundamentação da decisão prevista na alínea c), do ponto III-Da proposta em sentido estrito, da Proposta n.º 87/GAPV/2017, no que se refere ao prazo da correção dos problemas acústicos detetados, e às questões de incomodidade sonora persistentes, permanecem, tendo em conta as queixas apresentadas. ---

5. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Face ao descrito supra, estes Serviços são do entendimento que o requerente deverá efetuar as obras necessárias com vista ao cumprimento das normas quanto ao isolamento do ruído e que se aceita a proposta de apresentação do Projeto de Correção Acústica e o Estudo

de Ação, com vista a obter a Certificação Acústica de acordo com o Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho; -----

b) Dada a pouca complexidade das obras em referência, para os meses de julho, agosto e setembro, propomos que o início das mesmas seja efetuadas no prazo de 5 dias úteis, após a notificação, mantendo-se no entanto a data da sua conclusão para o final do mês de Outubro; --

c) Propõe-se que seja efetivado a redução do horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado "7ª Arte Bar" nos termos da Proposta n.º 81/GAPV/2017 e 87/GAPV/2017, passando a cumprir o horário previsto, entre as 8 horas e as 24 horas, Sem prejuízo da aplicação de outras sanções decorrentes do não cumprimento do RGR., -----

d) Alcançado tal desiderato, propõe-se a notificação da empresa VIRGULAS E ASTERISCOS UNIPessoal, LDA, exploradora do "Bar 7ª Arte", do representante do queixoso, Advogada Lia Araújo e do queixoso Rui Pereira Cabanelas, -----

e) Propõe-se ainda, que este assunto seja levado à próxima reunião de camara para conhecimento do executivo, sendo certo que o horário agora determinado caso obtenha sancionamento administrativo, deverá ser levado ao conhecimento das entidades fiscalizadores, nomeadamente junto da PSP, em vista de ser garantido o cumprimento do respetivo regime de horário agora proposto, pelo respetivo explorador do estabelecimento. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, SR. ARQ.º ANTÓNIO MALHEIRO, DE 21.08.2018:-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)"- TRABALHOS A MENOS. -----

Foi presente a informação nº 253/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 28 de 8 de fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou

à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 5 de junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 319 940,00 € (trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 19 de junho de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 28 de junho de 2017. -

6. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017, uma prorrogação ao prazo de execução da obra por 55 dias. -----

7. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 25/01/2018, nova prorrogação ao prazo de execução da obra, por 35 dias. -----

8. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 5/04/2018, a suspensão de trabalhos, até se verificarem condições atmosféricas adequadas para a aplicação de massas betuminosas a quente. -----

9. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 1/06/2018, a realização de trabalhos a mais, pelo valor de 22.500,00€, não incluindo o IVA, com um prazo de execução de 10 dias. -----

II - Fundamentação -----

1. Encontrando-se concluídos os trabalhos da empreitada, foi efetuada a medição final dos mesmos, concluindo-se que resultam trabalhos a menos, no valor de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), Iva não incluído e que representam 2,34% do valor contratado -----

2. Os trabalhos a menos, resultam, da proposta de alteração ao projeto de execução, aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 25 de janeiro de 2018, em que, na sequência do abate de várias árvores e na criação de nova faixa de estacionamento, com arborização intercalada, não são para executar 30 caldeiras de árvores, previstas no artigo 2.16 do mapa de medições. -----

3. Pelo exposto, resulta o seguinte: -----

Valor do contrato 319.940,00€ -----

Valor Trabalhos a mais 22.500,00€ -----

Valor Trabalhos a Menos 7.500,00€ -----

Total faturado 334.940,00€ -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, propõe-se o seguinte procedimento: -----

1. Que, a presente proposta seja agendada para a reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

2. A aprovação dos referidos trabalhos a menos; -----

3. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, a mesma seja enviada para o Gabinete de notariado e expropriação, de modo a permitir a redução da caução prestada no contrato da empreitada, no valor proporcional dos trabalhos a menos, ou seja, no valor de 375,00€;

4. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, seja a mesma enviada à entidade executante, para devido conhecimento. -----

À consideração Superior. -----

Divisão Obras Públicas, 3 de agosto de 2018 -----

A Técnica superior -----

(Madalena Branco, Eng.^a) -----

Anexo: Mapa de Trabalhos a Menos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.08.29. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)" - TRABALHOS A MENOS. -----

Foi presente a informação nº 255/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 27 de novembro de 2017 -----
- A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.

5. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 1/06/2018, uma prorrogação ao prazo de execução da obra por 41 dias. -----

6. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 1/06/2018, a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e trabalhos a menos, com valores de 32.248,90€, 67.338,89€ e 11.660.40€, respetivamente, não incluindo o IVA. -----

7. Foi aprovada em reunião de Câmara realizada no dia 9/08/2018, a suspensão de trabalhos, no período de 18 de junho a 31 de julho, do corrente ano. -----

II - Fundamentação -----

1. Na sequência de protocolo, celebrado entre a Câmara Municipal de Chaves e a EDP, no respeitante às obras inseridas no Plano de Ação Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), ficou estabelecido, que, a EDP

forneceria determinados materiais, para a execução das infraestruturas de iluminação pública, de acordo com o previsto no projeto de execução. Neste sentido, efetuada a medição final dos trabalhos da empreitada, resultam trabalhos a menos, derivados do material cedido pela EDP. --

2. Tais trabalhos a menos, respeitam ao fornecimento dos materiais previstos nos artigos 1.11, 1.11.6, 1.11.12, 1.11.13, 1.11.41, 1.11.43, 1.11.44, 1.11.76, 1.11.78, do respetivo mapa de medições, cujo valor é de 10.404,39€ (dez mil quatrocentos e quatro euros e trinta e nove cêntimos), Iva não incluído e representam 1,53% do valor contratado. -----

3. Assim, considerando o valor dos trabalhos a menos anteriormente aprovados (11.660,40€), com o valor dos trabalhos a menos agora propostos (10.404,39€), o valor total dos trabalhos a menos, atinge o montante de 22.064,79€ (não incluindo o IVA), o que representa, 3,25% do valor do contrato. -----

4. Pelo exposto, resulta o seguinte: -----

Valor do contrato	678.999,44€	-----
Valor dos trabalhos de suprimento de erros e omissões	32.248,90€	----
Valor Trabalhos a mais	67.338,89€	-----
Valor Trabalhos a Menos (aprovados em 1/06/2018)	11.660,40€	-----
Valor Trabalhos a Menos (material da EDP)	10.404,39€	-----
Total executado	756.522,43€	-----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, propõe-se o seguinte procedimento: -----

1. Que, a presente proposta seja agendada para a reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

2. A aprovação dos referidos trabalhos a menos; -----

3. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, a mesma seja enviada para o Gabinete de notariado e expropriação, de modo a permitir a redução da caução prestada no contrato da empreitada, no valor proporcional dos trabalhos a menos, ou seja, no valor de 520,22€;

4. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, seja a mesma enviada à entidade executante, para devido conhecimento. -----

À consideração Superior. -----

Divisão Obras Publicas, 13 de agosto de 2018 -----

A Técnica superior -----

(Madalena Branco, Eng.^a) -----

Anexo: Mapa de Trabalhos a Menos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.08.29. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO" - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº 262/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Ampliação da Rede de Saneamento e Etar de Calvão". -----

2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 10 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções 4 de Maio, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 14 de julho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 398.152,50€ (Trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois Euros e cinquenta e quatro cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 17 de julho de 2017. -----

6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 18 dias do mês de agosto de 2017. -----

7. O auto de consignação é de 30 de setembro de 2016. -----

II - Fundamentação -----

1 - A obra em causa consiste na ampliação da rede de saneamento e construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais e de uma estação elevatória. -----

2 - Os trabalhos que fazem parte da empreitada, encontram-se concluídos, com exceção do ramal e chegada de alimentação à instalação elétrica, cujos trabalhos e equipamentos de uso partilhado, serão executados pela empresa distribuidora de energia elétrica (EDP - Distribuição), e até a presente data esta entidade não procedeu à execução, nem à emissão da ordem de pagamento. -----

3 - Tendo em consideração o acima exposto, dado que este atraso não pode ser imputado ao empreiteiro e enquanto não foram executados os trabalhos de construção do ramal e respetiva chegada, não estão reunidas as condições necessárias para a realização dos testes, verificações e ensaios e posterior entrada em funcionamento da ETAR, da estação elevatória e da própria rede de saneamento. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face aos elementos acima apresentados, e dado que a conclusão dos trabalhos depende de terceiros (EDP - Distribuição), propõe-se ao executivo municipal, a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada, com efeitos retroativos à data de 17 de agosto de 2018, altura em que se encontravam concluídos todos os restantes trabalhos, até que se encontre executado o ramal e respetiva chegada de energia elétrica, para proceder aos testes e ensaios dos equipamentos o que concluirá a obra. -----

2 - Face ao disposto na legislação em vigor, o pedido de suspensão poderá ser deferido já que o mesmo não implica assunção de novos encargos por parte deste Município, tal como referido no artigo n.º 367 do CCP. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 31 de agosto de 2018 -----

(Fernanda Serra, Eng.ª) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.08.31. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação nº 125/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 88 de 08 de maio de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Musealização das Termas Romanas de Chaves". -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Costa & Carreira, Lda.", a execução da referida empreitada.

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 995.027,03 € (Novecentos e noventa e cinco mil e vinte e sete euros e três cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias. -----

4 - O adjudicatário, apresentou a 19 de abril de 2018, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pelo Sr. ° Eng.º Vítor Pereira, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança o Técnico Superior, Eng.º Vítor Pereira; -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 31 de agosto de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: Plano de Segurança -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 21/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 21/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 22.588,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €22.588,50 (Vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 22/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 22/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 13.776,20 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €13.776,20 (Treze mil, setecentos e setenta e seis euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 7/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 7/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 19.534,99 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €19.534,99 (Dezanove mil, quinhentos e trinta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 20/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 20/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 55.315,24 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €55.315,24 (Cinquenta e cinco mil, trezentos e quinze euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 21/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 21/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS

PÚBLICAS, S.A., no valor de 20.959,78 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.959,78 (Vinte mil, novecentos e cinquenta e nove euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO N° 18/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 18/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 27.251,42 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €27.251,42 (Vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros e quarenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO N° 19/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 19/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 5.821,97 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €5.821,97 (Cinco mil, oitocentos e vinte e um euros e noventa e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 10/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 10/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 39.024,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €39.024,00 (Trinta e nove mil e vinte e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE SANTO ESTEVÃO. INFORMAÇÃO Nº157/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº157/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 23 de abril de 2018, um pedido em nome do Centro de Bem Estar Social de Santo Estevão, contribuinte n.º505044390, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Praça dos Descobrimentos nº3, em Santo Estevão.-----

A 22 de maio de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente a dia 03 de Agosto de 2018, declaração publicada no Diário da República nº24;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à

faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 1.634,22€ mais juros;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é mais de 1001€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 150€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 13 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 1.634,22€ mais juros por parte da peticionária, em 13 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 20 de agosto de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.21-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DATADO DE 2018.08.21. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. ANDRÉ FERNANDES JOÃO. INFORMAÇÃO Nº167/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº167/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.---

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 18 de julho de 2018, um pedido em nome de André Fernandes João, contribuinte n.º242521134, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Avenida da Raposeira, Bl.A, 5º Frente.-----

A 18 de julho de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração do Instituto da Segurança Social;---

2.DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 192,17€+Juros;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora petionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 8 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 192,17€ por parte da petionária, em 8 prestações mensais;-----

b)Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c)Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 23 de agosto de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.29-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, NA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, DATADO DE 2018.08.30. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. CONCURSO PÚBLICO Nº4/SC/2018 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, COM CONFEÇÃO LOCAL E REFEIÇÕES TRANSPORTADAS, PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS DO 1º CICLO E CRIANÇAS DOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES, PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019 – RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº21/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de junho, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, no dia 9 de agosto de 2018 autorizou a abertura de um procedimento por concurso público para aquisição de serviços para fornecimento de refeições escolares, com confeção local e refeições transportadas, para os alunos das escolas do 1º ciclo e crianças dos jardins-de-infância da rede pública do Município de Chaves, para o ano letivo de 2018/2019;-----

- Considerando que, dentro do prazo estabelecido para apresentação de propostas, deram entrada nos serviços administrativos municipais, via plataforma eletrónica, as propostas das seguintes empresas:-----

- Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.;-----

- Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.;-----

- Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.-----

- Considerando que, no dia 17 de agosto de 2018, o júri responsável pela condução do presente procedimento elaborou o relatório preliminar no qual propôs a adjudicação provisória da proposta apresentada pelo concorrente "Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.", pelo preço unitário de 1,51€/refeição, e valor global de 145.636,48€, acrescido de IVA;-----

- Considerando que, nos termos do disposto nos artigos 123º e 147º do CCP, o relatório preliminar foi enviado a todos os concorrentes a fim de estes se pronunciarem sobre o mesmo;-----

- Considerando que, dentro do prazo concedido para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita -, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao referido sentido de decisão;-----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.-----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----

a) Que se remeta, para aprovação, o relatório final, à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos;--

b) Nos termos do disposto no artigo 290º-A do CCP, que seja designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, o coordenador técnico, José Carlos dos Santos Silva.-
À consideração superior.-----

Chaves, 31 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior, em regime de mobilidade -----
(Susana Borges)-----

Em anexo: Relatório final -----

Minuta do contrato -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.08.31 -----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO 2018/2019. - APRECIÇÃO DE RECLAMAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO APRESENTADA PELA EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA - CIRCUITO N.º 15. INFORMAÇÃO DDSC N.º 199/SE N.º 80/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Concluído o Concurso Público N.º 01/SC/2018 para a prestação de serviços de transporte terrestre de alunos, em circuitos especiais, para o ano letivo 2018/2019, verifica-se que, de acordo com a informação n.º 195/SE n.º 78/2018, anexa ao relatório final, do pretérito dia 21 de agosto, o circuito n.º 15, sofreu alterações ao nível do tipo de viatura a utilizar e o valor a pagar por dia pelo referido transporte. -----

Considerando que, o concorrente, Auto Viação do Tâmega, Lda, através da plataforma Vortal, veio manifestar a sua contestação ao sentido de adjudicação do circuito n.º 15, em virtude "da alteração das distâncias

fixadas em quilómetros e à redução do número de alunos que efetivamente viriam a ser transportados e tendo, também sido reduzido o valor monetário para €27/dia, mais IVA, (...)”, informam que, não lhes é possível executar o referido circuito devido ao elevado custo operacional para a empresa que o mesmo representaria. -----

Nos termos do disposto no nº1 do Artigo 102º do Código dos Contratos Públicos, as reclamações só poderão ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos números 2 e 5 do Artigo 96º, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos. -----

Assim, face às razões acima expostas, e para efeitos do disposto no Artigo 102º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de janeiro, e ulteriores alterações, toma-se a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, a aprovação da presente proposta: -----

a) Acolher a objeção apresentada pela firma adjudicatária Auto Viação do Tâmega, Lda., uma vez que, as alterações propostas pela informação nº195/SE nº.78/2018, anexa ao relatório final, contrariam o exposto no caderno de encargos; -----

b) Neste contexto deverá ser deferida a reclamação, sendo corrigida a minuta do contrato, no sentido de ser retirado o circuito. -----
Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á notificar a firma adjudicatária do teor integral da decisão administrativa que venha a ser praticada, em vista à anulação do respetivo contrato do circuito nº.15. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 3 de setembro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Drª Zuleika Alves) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: *A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----*

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

XII

DIVERSOS

1. RESPOSTA AO N/ OFÍCIO 42/DSC/2018 - NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO DE AVISOS EM ATRASO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 74/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre a exposição em resposta ao n/ ofício 42/DSC/2018 "Notificação para apagamento de avisos em atraso", formulado pela Senhora Doutora Sara Andrade, em representação de Alfredo Jorge Pires Monteiro, contribuinte fiscal n.º 214 088 537, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 2417, em 19.03.2018. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

De acordo com o n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), compete à assembleia municipal, sob proposta das câmaras municipais, aprovar o regulamento do comércio a retalho não sedentário do respetivo município. -----

Este regulamento municipal, em execução do RJACSR, contém as regras de funcionamento das feiras do município e a identificação de forma clara dos direitos e obrigações dos feirantes. -----

A publicação do referido regulamento, atualmente em vigor no Município de Chaves, foi efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2103, de 12 de setembro sendo, simultaneamente, publicado na página eletrónica do município e no balcão único eletrónico dos serviços. -----

Assim, nos termos do Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária (RCRNS), em vigor no Município de Chaves, o direito de ocupação do lugar e venda cessa por desistência voluntária do seu titular, nos termos da alínea b) do n.º 2 do seu artigo 15.º. Todavia, a desistência do direito de ocupação obriga o adjudicatário a comunicar o facto, por escrito, à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior Àquele em que o desejo fazer, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência (co. Artigo 14.º do RCRNS). -----

ANTECEDENTES -----

Através do n/ ofício 42/DSC/2018, datado de 27 de fevereiro de 2018, foi o requerente informado que se encontram por liquidar os avisos relativos aos meses de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018, referentes ao direito de ocupação do espaço de venda E55 do terrado da Feira Semanal de Chaves, que perfazem um total de 560,00€ (quinhentos e sessenta euros, ao qual acrescem juros de mora vencidos). -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O requerimento ora em análise consubstancia o pedido de anulação de dívida, alegando para o efeito a representante, que o titular do lugar de terrado E55, Alfredo Jorge Pires Monteiro, "comunicou ao Fiscal Municipal a cessação da utilização do espaço e por este não foi informado que deveria requerer por escrito". -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

O desconhecimento das normas do regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária (RCRNS), em vigor no Município de Chaves, não deverá ser invocado para justificar o não cumprimento da obrigação de comunicação, por escrito, da desistência do direito de ocupação. -----

Face ao exposto, o pedido de anulação de dívida, relacionada com o pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação do lugar de venda E55 do terrado da Feira Municipal de Chaves, não deverá ser acolhido, e deverá comunicar-se ao requerente que a persistência

da situação de incumprimento do dever de pagamento obrigará à extração das respetivas certidões de dívida para efeitos de execução fiscal, em vista À cobrança coerciva dos valores em falta, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do RLCT. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no indeferimento da pretensão de "anulação de dívida", relacionado com o pagamento de avisos em atraso, referentes ao direito de ocupação do lugar de venda E55 do terrado da Feira Semanal de Chaves, nos termos do n/ ofício n.º42/DSC/2018; ----
Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido um prazo de 10 dias para permitir ao mesmo vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º e ss. do CPA; -----

Decorrido o referido prazo sem o interessado venha a processo apresentar argumentos de facto e de direito que justifiquem inverter a intenção de indeferimento do seu pedido, devem ser adotados os procedimentos que conduzam à deliberação definitiva de indeferimento do pedido, notificando-se tal deliberação ao interessado. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 27 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: -----

- Requerimento NIPG2417; -----

- N/ Of. N.º 42/DSC/2018 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 27/08/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão competente para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 30/08/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 30/08/2018 -----

Concordo. Proceda-se em conformidade com o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 33, PARA LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 20, NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 75/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Maria Madalena Lamas Rouxinol, contribuinte fiscal n.º 161 375 421, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 3532, em 26.04.2018, relacionado com o pedido de transferência de lugar de terrado com banca n.º 33, para lugar de terrado com banca n.º 20, do logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

O Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), em vigor no Município de Chaves, é omissivo quanto à possibilidade de transferência de lugares de terrado com banca. -----

Contudo, nos termos do artigo 44.º do RMM, para a resolução de dúvidas e omissões na aplicação das disposições do referido regulamento é competente a Câmara Municipal. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de transferência do direito de ocupação do lugar de terrado com banca n.º 33, para o lugar de terrado com banca n.º 20, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

De facto, por consulta do programa de gestão de Feiras e Mercados, o lugar de terrado com banca n.º 20, encontra-se atualmente vago. -----

Pedido parecer ao encarregado do Mercado Municipal de Chaves, Manuel Sarmento, é seu entendimento que a alteração de lugar não causará qualquer constrangimento ao normal funcionamento do Mercado. -----

Face ao exposto, o pedido de transferência de lugar de terrado, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, poderá ser acolhido, mantendo a requerente os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciado no deferimento do pedido de transferência do lugar de terrado com banca n.º 33, para o lugar de terrado com banca n.º 20, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro dos lugares de terrado, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

Chaves, 28 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG3532 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 28/08/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão competente para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração da Senhora Vereadora Paula Chaves, para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.30. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. CANDIDATURA N.º NORTE-06-3928-FEDER-000003 - "AQUANATUR PALACE" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº 76/DSC/2018, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 30.08.2018. --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. A presente informação visa: -----

1.1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 09/08/2018, nos termos do parecer global que se anexa;-

1.1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-28-2018-04 - "Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE - Projetos Âncora", o Município de Chaves apresentou, em 16 de julho de 2018, uma candidatura designada "Aquanatur Palace".

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a qual obteve 4,8 pontos, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação nos termos constantes do Parecer Global que segue em anexo. -----

2.3. A referida aprovação foi comunicada pela CCDR-N ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 10 de agosto de 2018. -----

2.4. Com a citada comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----

3.1. O "Aquanatur Palace (Palácio da Água)", a instalar no edifício do Centro Multiusos de Chaves (antigo cineteatro), pretende ser um espaço de interação, experimentação e aprendizagem em torno do tema da água, baseado em tecnologias de realidade virtual, realidade aumentada e holografia, que irá permitir uma interação imersiva e multissensorial (visão, audição, olfato, háptico). Em paralelo,

pretende ser, também, um espaço de investigação e inovação em larga escala, com grande impacto futuro na região do Alto Tâmega. -----

3.2. A operação em causa consubstancia a definição do projeto tecnológico e conceptual do "Aquanatur Palace", incluindo, designadamente, a definição técnica e funcional dos conteúdos imersivos multissensoriais e das experiências interativas, a aquisição e instalação dos equipamentos inerentes às experiências (software e hardware), o desenvolvimento do anteprojecto de Living Lab e o apoio na implementação e adaptação ao Centro Multiusos de Chaves. -----

3.3. Com esta intervenção, que se articula com as demais do EEC PROVERE "AQUANATUR", será possível a criação de um equipamento singular e inovador, de referência para toda a região norte, desenvolvido em torno do principal recurso endógeno da Região do Alto Tâmega - a água.-

3.4. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 869.070,00€, considerado na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 738.709,50€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 130.360,50€. -----

3.5. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro anterior. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando a relevância desta intervenção para o conhecimento e valorização dos recursos endógenos, promovendo-se de forma inovadora o potencial dos recursos hídricos e hidrominerais, nas várias vertentes de utilização, com a contextualização das dinâmicas socioeconómicas e culturais induzidas, com destaque para o termalismo, a energia, as águas minerais naturais e os usos urbano, agrícola e industrial. -----

4.2. Considerando que a candidatura foi aprovada nos moldes formalizados pelo Município; -----

4.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;-

4.4. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 21 de setembro de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

4.5. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----

(ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação. -----

4.6. Após a outorga do referido Termo, o mesmo deverá ser remetido para a CCDR-N. -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 30.08.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

(i) Aprovar o Termo de Aceitação da operação *Candidatura N.º NORTE-06-3928-FEDER-000003* - "Aquanatur Palace"; -----

(ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação; -----

Posteriormente deverá o Termo de Aceitação ser enviado para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. CANDIDATURA N.º PDR2020-10216 -040134 - "TRILHOS DE VISITAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DO CONCELHO DE CHAVES" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº 77/DSC/2018, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 31.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. A presente informação visa: -----

1.1.1. Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pelo Presidente da Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) em 05/06/2018, nos termos da Ficha Resumo da Candidatura em anexo; -----

1.1.2. Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva submissão no portal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP). -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Anúncio n.º 001/ADRAT/10216/2017 - "Renovação de Aldeias", o Município de Chaves apresentou, em 27 de julho de 2017, uma candidatura designada "Trilhos de visitaço do património natural e cultural do concelho de Chaves". -----

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura por parte da ADRAT, a qual obteve 14 pontos, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação nos termos constantes da Ficha Resumo da Candidatura que segue em anexo. -----

2.3. A referida decisão de aprovação foi comunicada pela Autoridade de Gestão do PDR2020 ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 03 de agosto de 2018. -----

2.4. O Termo de Aceitação do apoio, emitido pelo IFAP, deverá ser acedido, validado e assinado em plataforma digital específica pelo que

há necessidade de o Senhor Presidente da Câmara autorizar os serviços da DSC a proceder à referida assinatura digital. -----

3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----

3.1. A operação consubstancia a criação de 6 rotas de promoção e preservação do património local (Trilho Vidago-Arcossó (trilho da água); Trilho de Seara Velha – Castelões; Trilho de Vilarelho da Raia; Trilho do Castelo de Monforte; Trilho da Quinta do Rebentão e Trilho dos moinhos de São Lourenço). -----

3.2. Com a implementação destes trilhos, o Município irá contribuir para a dinamização e sustentabilidade da economia local, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a potenciação da atratividade turística de toda a região, ampliando as possibilidades e as alternativas de dar a conhecer a residentes, visitantes e turistas o património que caracteriza as áreas abrangidas pelos itinerários, através da observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respetivos habitats, do património construído, bem como a cultura local, a sua riqueza etnográfica e gastronómica, o artesanato, as festas e os costumes. -----

3.3. A concretização desta operação pressupõe um investimento total de 179.242,04€, tendo sido considerado elegível o montante de 164.126,10€, com um nível de ajuda de 50%, o que corresponde a um investimento, por parte do Município de Chaves, de 97.178,74€. -----

3.4. Analisado o conteúdo constante na Ficha Resumo da Candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada, nos moldes candidatados pelo Município, com um ajustamento do investimento elegível (-15.115,68€), devidamente justificado pela ADRAT. -----

3.5. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro infra. -----

	INVESTIMENTO CANDIDATADO	INVESTIMENTO APROVADO	VARIAÇÃO ENTRE VALORES CANDIDATADOS E VALORES APROVADOS
Investimento Total	179.242,04€	179.242,04€	0,00 €
Investimento Elegível	179.242,04€	164.126,10€	- 15.115,68€
Investimento Elegível não participado	0,00 €	12.479,49€ (*)	+ 12.479,49€
Investimento Não Elegível	0,00 €	2.636,22€ (**)	+ 2.636,22€
Contribuição FEDER/FC Total	89.621,22€	82.063,06€	- 7.558,16€
Autarquia Local	89.621,22€	97.178,74€	+ 7.557,52€

Notas:

(*) - Montante superior ao máximo elegível (despesa reduzida de acordo com Anexo XI da portaria 152/2016 de 25 de maio para o limite de 5% da despesa total aprovada). -----

(**) - Custos sem enquadramento (Custos não elegíveis. A Homologação dos percursos dos trilhos pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal é uma obrigatoriedade do projeto desta forma não é considerada despesa elegível). -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando que, embora a candidatura não tenha sido aprovada nos moldes formalizados pelo Município, se encontra justificada a redução do valor elegível da candidatura, o qual foi aceite em sede de audiência de interessados; -----

4.2. Considerando a relevância desta intervenção, que reforça a estratégia de desenvolvimento local do Município, na medida em que contribuirá para a preservação e valorização dos recursos existentes

no território rural abrangido, nomeadamente nas suas componentes de património natural, histórico, paisagístico e ambiental; -----

4.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

4.4. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 14 de setembro de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

4.5. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Aprovar o Termo de Aceitação da operação Candidatura N.º PDR2020-10216 -040134 -"Trilhos de visitação do património natural e cultural do concelho de Chaves"; -----

(ii) Deliberar autorizar os serviços da DSC a proceder à validação do Termo de Aceitação na respetiva Plataforma Eletrónica do portal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP). ----
À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 31.08.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

(i) Aprovar o Termo de Aceitação da operação Candidatura N.º PDR2020-10216 -040134 - "Trilhos de visitação do património natural e cultural do concelho de Chaves"; -----

(ii) Deliberar autorizar os serviços da DSC a proceder à validação do Termo de Aceitação na respetiva Plataforma Eletrónica do portal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP). ----
À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. CANDIDATURA N.º NORTE-05-392316-FEDER-000094 - "LARGO DO TERREIRO DE CAVALARIA - REMODELAÇÃO FUNCIONAL E PAISAGÍSTICA (PARU2.5)" -

NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº 78/DSC/2018, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 03.09.2018. --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1- Levar ao conhecimento do executivo municipal a notificação de aprovação da candidatura em epígrafe pela Comissão Diretiva do NORTE 2020 em 31/07/2018, nos termos do parecer global que se anexa; -----

1.2- Promover as diligências necessárias à assinatura do Termo de Aceitação e respetiva devolução à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-16-2016-17 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 6.5 (6e)", o Município de Chaves apresentou, em 27 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Largo do Terreiro de Cavalaria - Remodelação Funcional e Paisagística (PARU2.5)". -----

2.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a qual obteve 3,9 pontos, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação nos termos constantes do Parecer Global que segue em anexo. -----

2.3. A referida aprovação foi comunicada pela CIM-AT ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 7 de agosto de 2018. -----

2.4. Com a citada comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

3. CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO -----

3.1. A operação consubstancia a requalificação urbanística e paisagística do espaço público do Largo do Terreiro da Cavalaria (Jardim do Bacalhau). -----

3.2. Com esta intervenção, que se articula com as demais do PEDU, em particular com as operações do PARU, será possível qualificar este espaço urbano, estrategicamente localizado no centro histórico da cidade, melhorando a sua imagem e funcionalidade, ampliando a sua polivalência, tornando-o mais atrativo e capaz de proporcionar melhores condições de usufruição e conforto. -----

3.3. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 628.580,00€, considerado na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 534.293,00€ e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 94.287,00€. -----

3.4. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro anterior. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Considerando que a candidatura foi aprovada nos moldes formalizados pelo Município; -----

4.2. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;-

4.3. Considerando que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a

contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 19 de setembro de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

4.4. Considerando que não existe possibilidade de, em tempo útil, convocar uma reunião extraordinária do Executivo Municipal, para aprovação das condições da candidatura em causa, bem como para legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à inerente outorga do Termo de Aceitação da mesma, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

4.5. Face ao exposto, propõe-se que superiormente haja concordância com as condições previstas no Termo de Aceitação do apoio para financiamento da operação em causa, e seja exarado despacho no sentido de submeter a presente informação/proposta (e respetivos documentos anexos), à próxima reunião do Executivo Municipal, para que haja deliberação no seguinte sentido: -----

- (i) Concordância com o teor do Termo de Aceitação do apoio; -----
- (ii) Legitimação do Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 03.09.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a Reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- (i) -----

Aprovar o Termo de Aceitação da operação; -----

- (ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral-

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.09.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 03.09.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
